

INFORMS

INFORMATIVO
MERCOS SHIPPING



RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 103/2024
Data: 27/09/2024



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP).....	4
PESQUISA PODE DESENVOLVER HIDROVIAS PELO BRASIL.....	4
PORTO DE SANTOS TERÁ PARCERIA INTERNACIONAL APÓS RECEBER COMITIVA DA EUROPA; SAIBA MAIS	5
ZPE EM SANTOS EXIGE INFRAESTRUTURA DE ACESSO, AFIRMA ESPECIALISTA.....	5
NOVAS REGRAS EM CONCESSÕES AJUDAM A DESCARBONIZAR VEÍCULOS PESADOS	6
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS.....	6
CONSULTA PÚBLICA PARA O ARRENDAMENTO DE TERMINAL NO PORTO DE SÃO SEBASTIÃO (SP) COMEÇA NA SEGUNDA-FEIRA (30)	6
NOVAS FORMAS DE REGULAR GARANTINDO A SEGURANÇA JURÍDICA É TEMA DE PAINEL EM CONGRESSO DE DIREITO MARÍTIMO, PORTUÁRIO E ADUANEIRO	7
GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF.....	9
BOAS PRÁTICAS - MPOR LANÇA PESQUISA PARA AVALIAR PRÁTICAS DE ESG NOS SETORES PORTUÁRIOS E AEROPORTUÁRIOS 9	
INVESTIMENTOS - MINISTROS SILVIO COSTA FILHO E PAULO PIMENTA ANUNCIAM ASSINATURA DO CONTRATO PARA EXECUÇÃO DO PORTO DE ARROIO DO SAL	9
BE NEWS – BRASIL EXPORT.....	10
EDITORIAL – O FUTURO DO PORTO DE SALVADOR	10
NACIONAL - HUB – CURTAS.....	11
<i>Novo porto 1</i>	11
<i>Novo porto 2</i>	11
<i>Novo porto 3</i>	11
<i>Mais leilões 1</i>	11
<i>Mais leilões 2</i>	11
<i>Condecoração</i>	11
REGIÃO SUDESTE - EMPRESA FRANCESA VENCE LEILÃO DA “ROTA DOS CRISTAIS”.....	12
NACIONAL - PETROBRAS REDUZ PREÇO DO QUEROSENE DE AVIAÇÃO EM 9,1% A PARTIR DE OUTUBRO	12
NACIONAL - NOVAS REGRAS PARA CONTRATOS DE TRANSIÇÃO PREOCUPAM TERMINAIS E AUTORIDADES PORTUÁRIAS	13
NACIONAL - VLI FECHA PARCERIA PARA COMPENSAÇÃO DE CARBONO NO TRANSPORTE DE COMBUSTÍVEIS	15
PORTO DE SANTOS - AUTORIDADES DE SANTOS E LAS PALMAS FARÃO CONVÊNIO ENTRE OS DOIS PORTOS.....	16
REGIÃO NORDESTE - 1º INDÚSTRIA DE E-METANOL DO BRASIL SERÁ INSTALADA NO PORTO DE SUAPE.....	17
SEM CATEGORIA - DINO BATISTA: DRAGAGEM VAI TRANSFORMAR PORTO DE SALVADOR EM HUB DO NORDESTE.....	18
BAHIA EXPORT - “BAHIA PRECISA SER O PROTAGONISTA DA ECONOMIA DO NORDESTE”, DIZ JULIANO	19
BAHIA EXPORT - PORTOS BAIANOS TERÃO INTEGRAÇÃO COM A HIDROVIA DO SÃO FRANCISCO.....	20
BAHIA EXPORT - “NA BAHIA, A MAIOR PRIORIDADE É RESGATAR A INFRAESTRUTURA”, DIZ OLIVA	21
BAHIA EXPORT - TRANSIÇÃO ENERGÉTICA NA BAHIA: OPORTUNIDADES E BARREIRAS PARA O CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL	22
BAHIA EXPORT - DEPUTADO CRITICA RIGIDEZ AMBIENTAL E DEFENDE EQUILÍBRIO COM DESENVOLVIMENTO	23
OPINIÃO – ARTIGOS – ARTICULISTA - O JORNALISMO DO NOSSO FUTURO.....	25
O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP.....	27
MUSEU DO PORTO COMEMORA 35 ANOS	27
IMPACTOS DA REFORMA TRIBUTÁRIA NOS PORTOS FOI TEMA DE PALESTRA NA APS.....	28
PAM DO PORTO DE SANTOS REALIZA SIMULADO DE ATENDIMENTO A ACIDENTE COM TREM	28
GOVERNO FEDERAL SANCIONA LEI PARA MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO DE EMERGÊNCIA FITOSSANITÁRIA OU ZOOSANITÁRIA	29
JORNAL O GLOBO – RJ.....	29
ENTENDA COMO ESTÁ A SITUAÇÃO DA RODOVIA BR-040 APÓS NOVO TRECHO IR A LEILÃO.....	29
ANEEL ACIONA BANDEIRA VERMELHA 2 EM OUTUBRO E CONTA DE LUZ FICARÁ MAIS CARA	31
ENGIE É VENCEDORA DE PRINCIPAL LOTE DE LEILÃO DE ENERGIA DA ANEEL QUE PREVÊ R\$ 3,3 BI EM INVESTIMENTOS	32
PETROBRAS NEGOCIA EXPLORAÇÃO EM BLOCOS DE PETRÓLEO NA ÁFRICA COM EXXON, SHELL E GALP.....	34
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP.....	35
BRASIL ABRE 205 NOVOS MERCADOS PARA O AGRONEGÓCIO E QUER CHEGAR A 300 ATÉ DEZEMBRO; VEJA QUAIS SÃO	35
CEO DA PETZ: RESPEITO QUEM ACHA QUE DISTRIBUIR RENDA É COISA DE COMUNISTA; ACHO QUE É DE EMPRESÁRIO	37
PETROBRAS RESISTE A BAIXAR PREÇO DO COMBUSTÍVEL MESMO COM PETRÓLEO DESVALORIZADO; ENTENDA	38
CAMPOS NETO DIZ QUE INFLAÇÃO NO PAÍS TEM MOSTRADO ‘ALGUMA MELHORA’, MAS COM COMPONENTES DE INCERTEZA	40
PRIOR ANUNCIA ACORDO DE US\$ 1,9 BI PARA A COMPRA DE CAMPOS DE PETRÓLEO NO RIO DE JANEIRO	41
CNA ESTIMA PREJUÍZO DE R\$ 14,7 BI À AGROPECUÁRIA POR INCÊNDIOS ENTRE JUNHO E AGOSTO	42



VALOR ECONÔMICO (SP).....	43
LEILÃO DE 3 LOTES DE LINHAS DE TRANSMISSÃO DEVE CONTRATAR R\$ 3,35 BI DE INVESTIMENTO.....	43
COSAN AVALIA VENDER FATIA NA VALE DIANTE DE DÍVIDA ALTA, DIZEM FONTES.....	45
PORTAL PORTOS E NAVIOS.....	46
JULIAN THOMAS.....	46
GOVERNO ASSINA CONTRATO PARA CONSTRUÇÃO DO PORTO MERIDIONAL EM ARROIO DO SAL.....	47
PORTO DE IMBITUBA ABRE CONSULTA SOBRE PRIORIDADE DE ATRACAÇÃO.....	48
ANTAQ APROVA REVISÃO NORMATIVA PARA SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DE PREÇOS PORTUÁRIOS.....	48
FORESEA ECONOMIZA R\$ 800 MIL POR ANO COM DIGITALIZAÇÃO DE PROCESSOS EM SONDAS.....	48
NORCOAST INICIA OPERAÇÃO EM ITACOATIARA PARA ABASTECER MANAUS.....	49
RONALDO MELENDEZ ASSUMIU, NA ÚLTIMA SEGUNDA-FEIRA (23), A DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DE NOVOS NEGÓCIOS DO MAC LAREN (RJ).....	49
TRANSFORMAÇÃO DA INDÚSTRIA MARÍTIMA E ELETRIFICAÇÃO NOS PORTOS SÃO DEMANDAS IMEDIATAS, DIZ LAVOR.....	50
SETOR PORTUÁRIO GANHA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL.....	51
ASIA SHIPPING INVESTE EM IA PARA OTIMIZAR PROCESSOS COM MIGRAÇÃO AO PORTAL ÚNICO DE COMÉRCIO EXTERIOR ...	51
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA.....	52
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	52



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

PESQUISA PODE DESENVOLVER HIDROVIAS PELO BRASIL

Diretor de Gestão Hidroviária do Governo Federal, Eliezé de Carvalho, afirma que é preciso investimento para alavancar modal no Brasil

Por Bárbara Farias



Simpósio Regional de Recursos Hídricos – Infraestrutura de Hidrovias como Meio de Desenvolvimento Tecnológico Sustentável ocorre na AEAS (Vanessa Rodrigues/AT)

A Secretaria Nacional de Hidrovias e Navegação (SNHN), criada em abril pelo Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), quer investir em pesquisa para o desenvolvimento do modal no País. Um pedido de dotação (recursos) já foi encaminhado ao Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) da União para 2025. A notícia foi compartilhada nesta quinta (26), durante o segundo dia do 10º

Simpósio Regional de Recursos Hídricos – Infraestrutura de Hidrovias como Meio de Desenvolvimento Tecnológico Sustentável, realizado na Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Santos (AEAS).

Um dos palestrantes, o diretor do Departamento de Gestão Hidroviária da SNHN, Eliezé Bulhões de Carvalho, defende que o Brasil invista mais em pesquisas para fomentar políticas públicas prioritárias. “Os Estados Unidos têm um corpo de engenheiros do Exército que cuida de hidrovias, é uma questão de estratégia nacional”, exemplificou, citando que na Europa, em países como França, Bélgica e Holanda, pesquisa e desenvolvimento compõem a cultura do setor público. “Política pública deve ser executada com uma base de pesquisa e não pode ficar descolada da sociedade”.

Para A Tribuna, Carvalho disse que a dotação solicitada é de R\$ 50 mil, mas “o valor dos recursos a serem alocados” poderá variar conforme a demanda necessária para promover a pesquisa no setor de hidrovias. “É o setor que vai realmente contribuir para o Brasil na questão da redução de emissões de gases de efeito estufa. É o modo de transporte mais verde”, enfatizou.

O gestor ressaltou ainda que eventos como o simpósio são oportunos para demonstrar que as pesquisas servem de base para a elaboração e execução de “serviços rotineiros como dragagens, criar modelos de dragagens sustentáveis e trazer tecnologia de ponta ao serviço que será oferecido ao usuário, como as populações ribeirinhas, por exemplo”.

Já o superintendente de Novos Negócios da Hidrovias do Brasil, Marcus Vinicius da Silva Ferreira, que ministrou uma palestra cujo tema foi Benefícios da Navegação Hidroviária versus outros Modais de Transportes, alerta para uma série de deficiências que dificultam o avanço do modal hidroviário no País.

“Faltam estaleiros para construir navios, docagem para fazer a manutenção do navio, ineficiência portuária, ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) que incide sobre a carga, custo de tripulação 30% maior do que o custo de tripulação estrangeira, bunker de abastecimento mais caro e o efeito praticagem. Na soma, às vezes, é mais barato rodoviário, num frete daqui para o nordeste, do que colocar um navio de forma competitiva”.

O evento contou ainda com uma mesa de debate sobre as vantagens e os desafios dos modais de transporte, com a mediação do consultor para assuntos portuários do Grupo Tribuna, Maxwell Rodrigues. Ele destacou, por exemplo, a eficiência de portos sul-coreanos, que investem em

inovações e possuem cadeias produtivas integradas, unindo a fábrica, a logística e o transporte da carga de valor agregado para exportação.

O simpósio termina hoje e todos os participantes poderão assinar o termo de cooperação que será entregue ao diretor de gestão de Hidrovias, Eliezé Carvalho, endereçado à SNHN.

“O objetivo é que a gente consiga materializar as nossas hidrovias. O nosso principal obstáculo é o meio ambiente. Então, nós precisamos criar um regramento específico de complexos industriais integrados a portos fluviais”, afirmou o diretor de Portos da AEAS, engenheiro Eduardo Lustoza.

Uma visita técnica ao estuário do Porto de Santos está programada para hoje, às 9 horas. O ponto de encontro será na Ponte Edgard Perdigão, na Ponta da Praia, em Santos.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 27/09/2024

PORTO DE SANTOS TERÁ PARCERIA INTERNACIONAL APÓS RECEBER COMITIVA DA EUROPA; SAIBA MAIS

Visita aconteceu na Autoridade Portuária de Santos, nesta quinta (26)

Por ATribuna.com.br



Porto de Santos (foto) terá parceria com o de Las Palmas, na Espanha (Divulgação/Autoridade Portuária de Santos)

A Autoridade Portuária de Santos (APS) recebeu, nesta quinta-feira (26), na sua sede, comitiva da Autoridade Portuária de Las Palmas, porto situado nas Ilhas Canárias, na Espanha. O presidente da APS, Anderson Pomini, e Beatriz Calzada Ojeda, presidente da Autoridade Portuária de Las Palmas, autorizaram estudos para a celebração de convênios e parcerias entre os dois portos.

Las Palmas é o maior porto multipropósito do Atlântico médio e da Espanha, tem um calado que varia de 30 a 50 metros, fica próximo à costa do Marrocos e distante 2 mil quilômetros da península Ibérica. É porta de entrada para a Europa e a África.

A presidente Beatriz Ojeda informou que, com a crise de segurança no Mar Vermelho, a movimentação de Las Palmas cresceu 40%.

A comitiva de Las Palmas sinalizou ainda com as vantagens de empresas brasileiras que queiram se instalar no arquipélago, formado por oito ilhas e que tem dois milhões de habitantes.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 27/09/2024

ZPE EM SANTOS EXIGE INFRAESTRUTURA DE ACESSO, AFIRMA ESPECIALISTA

Diretor do Ciesp e da Fiesp cita que o setor aguarda há anos as obras estruturantes

Por ATribuna.com.br



Instalação de Zona de Processamento e Exportação (ZPE) é estudada na Área Continental de Santos (Rogério Soares/Arquivo AT)

A instalação de uma Zona de Processamento de Exportação (ZPE) na Baixada Santista, especialmente na Área Continental de Santos, comportando um conglomerado de indústrias voltadas ao setor portuário, depende principalmente de infraestrutura de acesso.

É que afirma o diretor Regional do Centro das Indústrias do Estado

de São Paulo (Ciesp) e Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) em Santos, Erik Sanches Salgado, que ministrou a palestra Processo de Industrialização da Baixada Santista, durante o segundo dia do 10º Simpósio Regional de Recursos Hídricos - Infraestrutura de Hidrovias como Meio de Desenvolvimento Tecnológico Sustentável.

“Precisamos melhorar e concretizar as malhas rodoviária, ferroviária e hidroviária para poder fazer uma ZPE na Área Continental de Santos. Que as obras sejam realizadas, pois só assim atrairemos as indústrias para cá”, diz Erik.

Ele afirma que o setor aguarda há anos as obras estruturantes, para a região ter infraestrutura de acesso. O diretor regional do Ciesp e da Fiesp cita como exemplos importantes a terceira pista da Rodovia dos Imigrantes, o túnel imerso Santos-Guarujá, o Aeroporto Civil Metropolitano de Guarujá e o Complexo Andaraguá, em Praia Grande. “Que sejam realizadas, pois só assim atrairemos as indústrias para cá”, ressalta.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 27/09/2024

NOVAS REGRAS EM CONCESSÕES AJUDAM A DESCARBONIZAR VEÍCULOS PESADOS

Ministro dos Transportes, Renan Filho, falou sobre o tema

Por ATribuna.com.br



Ministro Renan Filho falou sobre investimento em hidrovias (Rafa Neddermeyer/Agência Brasil)

A descarbonização da frota de veículos pesados é um desafio mundial dentro da mobilidade. Editada este ano no Brasil, a Portaria 622/2024, que estabelece diretrizes para as concessões, determinou que 1% da receita bruta dos contratos de rodovias federais seja destinado a investimentos em desenvolvimento de infraestrutura sustentável. O avanço foi destacado pelo ministro dos Transportes, Renan Filho, durante evento na terça-feira.

“O Ministério dos Transportes tomou algumas providências. A primeira foi garantir que novos leilões e concessões rodoviárias destinem 1% das tarifas pagas pelo usuário para o desenvolvimento de novas tecnologias em sustentabilidade”, disse.

O ministro citou ainda a implantação do sistema de pedágio eletrônico, o freeflow. Com o pagamento automático, elimina-se a dependência dos postos e também a geração de mais gás carbônico com engarrafamentos, aceleração e desaceleração dos veículos nas cancelas.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 27/09/2024



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

CONSULTA PÚBLICA PARA O ARRENDAMENTO DE TERMINAL NO PORTO DE SÃO SEBASTIÃO (SP) COMEÇA NA SEGUNDA-FEIRA (30)

O período de contribuições vai até o dia 28 de novembro de 2024. A data da audiência pública será definida oportunamente

Brasília, 27/09/2024 - A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) aprovou abertura de audiência e consulta públicas para tratar do arrendamento do terminal SSB01, localizado no Porto de São Sebastião (SP).



Foto: Porto de São Sebastião (SP)

A área, localizada no Porto de São Sebastião (SP), é destinada à movimentação e armazenagem de granéis sólidos e cargas gerais e containerizadas. O prazo do arrendamento é de 35 anos e o investimento estimado é de R\$ 660 milhões.

A Audiência Pública 13/2024 visa obter contribuições, subsídios e sugestões para o aprimoramento dos documentos técnicos e jurídicos

relativos à realização de certame licitatório da área.

As minutas jurídicas e documentos técnicos relativos a audiência pública estarão disponíveis [neste link](#) em breve. O período de contribuições será do dia 30 de setembro de 2024 até às 23h59 do dia 28 de novembro de 2024. A data da sessão virtual será definida oportunamente.

As contribuições devem ser feitas exclusivamente por meio e na forma do formulário eletrônico disponível no site da ANTAQ, não sendo aceitas contribuições enviadas por meio diverso.

Será permitido anexar imagens digitais, tais como mapas, plantas e fotos exclusivamente através do email: anexo_audiencia132024@antag.gov.br mediante identificação do contribuinte e no prazo estipulado neste aviso. O envio do anexo em email não dispensa o envio da contribuição por escrito no formulário eletrônico.

Caso o interessado não disponha dos recursos necessários para o envio da contribuição por meio do formulário eletrônico, poderá fazê-lo utilizando o computador da Secretaria-Geral (SGE) desta Agência, em Brasília/DF, ou nas suas Unidades Regionais, cujos endereços se encontram disponíveis no sítio da ANTAQ.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antag.gov.br

Data: 27/09/2024

NOVAS FORMAS DE REGULAR GARANTINDO A SEGURANÇA JURÍDICA É TEMA DE PAINEL EM CONGRESSO DE DIREITO MARÍTIMO, PORTUÁRIO E ADUANEIRO

O diretor-geral da ANTAQ, Eduardo Nery, esteve presente no XII Congresso Nacional de Direito Marítimo, Portuário e Aduaneiro da OAB-ES



Brasília, 26/09/2024 - O diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), Eduardo Nery, falou sobre Regulação 5.0 e segurança jurídica no setor aquaviário durante palestra Magna no XII Congresso Nacional de Direito Marítimo, Portuário e Aduaneiro, nesta quinta-feira (26).

O evento, que foi iniciado na quarta-feira (25) e se estende até sexta-feira (27), foi promovido pela Comissão de Direito

Marítimo, Portuário e Aduaneiro, da Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Espírito Santo (OAB-ES).



Neste ano, o tema do congresso é “Desafios Modernos e Inovações: Uma Análise Atualizada do Direito Marítimo, Portuário e Aduaneiro no Brasil”. O objetivo do evento é debater os desafios e as perspectivas do setor.

Novas perspectivas

Durante o painel “Regulação 5.0 e a Segurança Jurídica no Setor Aquaviário”, Nery destacou a importância da Regulação 5.0, que acrescenta temas relacionados à Governança Ambiental, Social e Corporativa (ESG, em inglês) no ambiente regulatório.

Essa nova forma de regular abrange ainda todos os conceitos da chamada Regulação 4.0, como o uso de tecnologia para facilitar processos, o sandbox regulatório e novas abordagens regulatórias para fazer frente às necessidades de inovação.

A sustentabilidade tem sido um dos temas prioritários da Agência. A agenda ambiental da ANTAQ passa pela parceria com a Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) para a elaboração de estudos relacionados a descarbonização e sustentabilidade; o aprimoramento do Índice de Desempenho Ambiental (IDA); a promoção do evento Rio Limpo, Amazônia Viva.

“Outra agenda precursora da Agência, que vai servir como um grande norteador das políticas públicas e da regulação no futuro, é o inventário de emissão de carbono do setor aquaviário, que está em elaboração. Esse instrumento vai ajudar a atender as diretrizes de transição energética e a alcançar as metas de descarbonização que foram estabelecidas no Acordo de Paris”, pontuou o diretor-geral.

Na parte social, a ANTAQ também tem se mostrado à frente com a criação, em julho deste ano, de um comitê para promover a igualdade de gênero e a diversidade no setor aquaviário; e a entrega do Guia de Enfrentamento ao Assédio no Setor Aquaviário.

Segurança jurídica

Além disso, o diretor explicou a necessidade de fundir essa nova forma de regular com a segurança jurídica no setor aquaviário. “Sem ela nós não teremos um ambiente de negócios saudável e atrativo para garantir investimentos que viabilizem uma infraestrutura moderna e desenvolvida para atender a necessidade de demanda de cargas do país”, destacou.

Ele mencionou ainda a atualização de normativos importantes para a Agência como a Resolução ANTAQ 07/2016, que estabelece diretrizes para a exploração de áreas nos portos organizados e a Resolução ANTAQ 13/2016, que trata de registros de instalações portuárias; e como as concessões hidroviárias vão garantir o aumento do escoamento, principalmente das commodities agrícolas e de graneis sólidos minerais.

Visitas técnicas

Na quinta-feira (26), Nery realizou visita técnica à VPorts, a primeira autoridade portuária privada do país. Na quarta-feira (25), ele e a chefe da Unidade Regional de Vitória (ES), Daniela Quadros, foram ao Terminal Portuário de Vila Velha (TVV), o único terminal especializado na movimentação de contêineres do estado.

**Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários
Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ**

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antaq.gov.br

Data: 27/09/2024

GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF

BOAS PRÁTICAS - MPOR LANÇA PESQUISA PARA AVALIAR PRÁTICAS DE ESG NOS SETORES PORTUÁRIOS E AEROPORTUÁRIOS

Objetivo é ajudar o Ministério a compreender o atual estágio de desempenho das empresas em relação à sustentabilidade e à responsabilidade social e corporativa



Ministério que entender quantas empresas que operam nos setores estão implementando as práticas de sustentabilidade e governança - Foto: Divulgação/APS

O Ministério de Portos e Aeroportos lançou uma pesquisa para mapear e avaliar a implementação de práticas de Sustentabilidade e Governança Ambiental, Social e Corporativa (ESG, na sigla em inglês) nas empresas que operam nos setores portuário, aeroportuário e de transportes

aquaviários.

O objetivo é compreender o atual estágio de adoção de práticas e ações ESG, identificar desafios e incentivar melhorias contínuas alinhadas com as metas nacionais e globais de sustentabilidade. Os resultados vão ajudar o MPor a direcionar de forma adequada as melhores políticas e programas.

De acordo com a diretora de Sustentabilidade do Ministério de Portos e Aeroportos, Larissa Amorim, o objetivo é estimular o setor a buscar cada vez mais práticas sustentáveis em suas operações. "A pesquisa vai auxiliar o Ministério a estruturar de maneira mais aperfeiçoada sua política de sustentabilidade, além de fornecer uma fotografia atual de como os setores aquaviários e aeroportuários estão aderindo ou não às práticas ESG."

O público-alvo da pesquisa são os aeroportos concedidos e os administrados pela Infraero, as companhias Docas, empresas aéreas, hidrovias, portos públicos delegados, terminal portuário em porto organizado, TUPs marítimos e fluviais.

Segundo explicou Larissa Amorim, as empresas alinhadas com as práticas de sustentabilidade e governança terão prioridade no acesso ao crédito de debêntures, do Fundo da Marinha Mercante (FMM), além de linhas de crédito internacionais.

Para participar da pesquisa, acesse o formulário aqui.

<https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSdKTS EQoto1eyJZZd0dobFDq-Qx2mXD9kfWHfemfZ87YRyfmQ/viewform>

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 27/09/2024

INVESTIMENTOS - MINISTROS SILVIO COSTA FILHO E PAULO PIMENTA ANUNCIAM ASSINATURA DO CONTRATO PARA EXECUÇÃO DO PORTO DE ARROIO DO SAL



Empreendimento tem investimento de R\$ 1,3 bilhão e previsão de geração de mais de 2 mil empregos diretos

Porto Meridional de Arroio do Sal é um empreendimento estratégico localizado na costa do Rio Grande do Sul - Foto: Vosmar Rosa/MPor

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, e o ministro-chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da



República, Paulo Pimenta, anunciaram, nesta quinta-feira (26), a assinatura de contrato para execução do Porto Meridional de Arroio do Sal, no Rio Grande do Sul.

“A notícia positiva é que a gente vai anunciar, até o dia 20 de outubro, no Estado, um investimento na ordem de mais de 1,3 bilhão de reais que vão gerar mais empregos. Isso vai mudar completamente a matriz econômica do Rio Grande do Sul”, declarou o ministro Silvío Costa Filho.

Uma das principais vantagens destacadas pelo projeto é a criação de empregos. A previsão é de que a fase de construção do Porto Meridional de Arroio do Sal promova mais de 2 mil oportunidades de trabalho direto e 5 mil indiretos. Esses empregos abrangem uma variedade de setores, desde mão-de-obra especializada em construção civil até funções administrativas e de suporte.

Localizado na costa do Rio Grande do Sul, o Porto Meridional de Arroio do Sal é um empreendimento estratégico para o Estado. Com um investimento substancial, o projeto visa criar uma infraestrutura portuária moderna e eficiente, capaz de atender às demandas crescentes do comércio internacional. Além de facilitar o transporte de cargas, o porto também tem o potencial de impulsionar o desenvolvimento econômico e social da região.

“Hoje é um dia muito importante para o Rio Grande do Sul, especialmente para a região da Serra Gaúcha. Após vários anos, nós estamos concluindo os encaminhamentos para viabilizar uma mudança logística estratégica para o estado do Rio Grande do Sul: nosso terminal de uso privativo, o nosso terminal marítimo de Arroio do Sal, que vai mudar a realidade da economia do estado”, considerou o ministro Paulo Pimenta.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 27/09/2024



BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – O FUTURO DO PORTO DE SALVADOR

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

As declarações do secretário nacional de Hidrovias e Navegação, Dino Batista, sobre a necessidade de investimento em uma dragagem de aprofundamento no Porto de Salvador (BA) – ocorridas na noite dessa quinta-feira, dia 26, no primeiro dia do fórum Bahia Export, do Grupo Brasil Export – trazem à tona a importância estratégica dessa obra para o desenvolvimento econômico da Bahia e da região Nordeste.

A dragagem de aprofundamento, ao permitir o acesso de navios de maior porte ao Porto de Salvador, amplia significativamente a capacidade de carga do complexo marítimo. Essa modernização portuária não apenas facilita a exportação de produtos brasileiros, como também atrai investimentos estrangeiros e gera empregos. Ao se tornar um hub regional, o porto baiano se consolida como um ponto central para a distribuição de mercadorias, otimizando as cadeias produtivas e reduzindo custos.

É fundamental destacar que a dragagem de aprofundamento na Baía de Todos os Santos – onde o porto está localizado – não é apenas uma obra de engenharia, mas um investimento em futuro. Ao superar gargalos históricos na infraestrutura portuária, o Governo Federal demonstra sua visão estratégica de desenvolvimento. A sinergia entre os poderes públicos e a iniciativa privada, evidenciada pelo Bahia Export, demonstra o compromisso de todos os atores envolvidos em promover o crescimento sustentável da região.

No entanto, é preciso ressaltar que a dragagem de aprofundamento é apenas um passo em direção à modernização do Porto de Salvador. É fundamental que sejam realizados investimentos contínuos em infraestrutura, especialmente acessos terrestres, tecnologia e qualificação profissional para



garantir a eficiência e a competitividade do complexo portuário. Além disso, é essencial que sejam adotadas medidas para minimizar os impactos ambientais da obra, garantindo a preservação dos ecossistemas da Baía de Todos os Santos.

Destaca-se que a dragagem de aprofundamento no Porto de Salvador representa um marco histórico para a Bahia e para o Brasil. Ao transformar o complexo portuário em um hub regional, o Governo Federal vai fortalecer a logística, atrair investimentos e gerar empregos. É fundamental que todos os atores envolvidos continuem trabalhando em conjunto para garantir o sucesso desse empreendimento e o desenvolvimento sustentável da região.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 27/09/2024

NACIONAL - HUB – CURTAS

Por LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

NOVO PORTO 1

O contrato para a construção do Porto Meridional Arroio do Sal, na costa do Rio Grande do Sul, será assinado no próximo mês, no dia 20. A previsão foi anunciada pelo ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, e pelo ministro-chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, Paulo Pimenta, nessa quinta-feira, dia 26, em Brasília, durante reunião com empresários gaúchos. Também estava presente ao encontro o secretário nacional de Portos, do Ministério de Portos e Aeroportos, Alex Ávila.

NOVO PORTO 2

Terminal de uso privado (TUP), o novo porto é um empreendimento da empresa Porto Meridional Participações S/A. O projeto prevê a movimentação e a armazenagem de carregamentos de granel sólido e granel líquido, carga geral e containerizada.

NOVO PORTO 3

Na reunião, Costa Filho destacou os empregos que serão criados com o novo porto. “A notícia positiva é que a gente vai estar até o dia 20 agora de outubro anunciando no estado um investimento na ordem de mais de R\$ 1,3 bilhão que vão gerar mais de 2.000 empregos diretos e quase 5 mil empregos indiretos. Isso vai mudar completamente a matriz econômica do estado do Rio Grande do Sul”, afirmou.

MAIS LEILÕES 1

O Ministério dos Transportes fará mais cinco leilões de concessão rodoviária neste ano, afirmou o ministro Renan Filho nessa quinta-feira, dia 26. A expectativa é que ele totalize 35 certames nos próximos dois anos, até o final do atual mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. “Mês que vem faremos o sexto leilão, o que nos colocará no mesmo patamar dos quatro anos do governo anterior. Vamos fazer mais cinco até o final do ano, ou seja, o pipeline de leilões saiu do papel”, destacou.

MAIS LEILÕES 2

Segundo Renan, os contratos rodoviários foram modernizados, otimizando a relação entre o Governo e as concessionárias. “Isso vai ser uma revolução para nossa infraestrutura, principalmente porque nós temos contratos mais modernos, contratos que permitem a solução dos conflitos que nós verificamos no passado”, explicou.

CONDECORAÇÃO

O presidente da Praticagem de São Paulo, Fábio Mello Fontes, foi condecorado com a Medalha do Mérito Naval, em cerimônia realizada em Brasília pela Marinha do Brasil. Ela é concedida a personalidades civis que se destacam pelos serviços prestados à Armada.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 27/09/2024

REGIÃO SUDESTE - EMPRESA FRANCESA VENCE LEILÃO DA “ROTA DOS CRISTAIS”

Via tem 594,8 km de extensão e conecta a região do Centro-Oeste a Minas Gerais e Rio de Janeiro
Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



A francesa Vinci Highways SAS venceu após propor um desconto de 14,32% para o valor do pedágio — ou seja, o menor valor para a tarifa. O prazo de concessão será de 30 anos - Foto: ANTT

A empresa francesa Vinci Highways SAS, representada pela corretora Planner, arrematou a concessão da BR-040, conhecida como “Rota dos Cristais”. O leilão ocorreu nesta quinta-feira (26), na B3, em São Paulo, e foi promovido pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e Ministério dos Transportes.

A companhia venceu após propor um desconto de 14,32% para o valor do pedágio — ou seja, o menor valor para a tarifa. O prazo de concessão será de 30 anos. Além da Vinci Highways, concorreram o fundo BTG Pactual Infraestrutura 3 (que ofereceu um desconto de 7,50%); o consórcio Nova BR-040 (desconto de 9,09%); e a CCR SA (desconto de 1,75%).

A rodovia tem 594,8 km de extensão e conecta a região do Centro-Oeste a Minas Gerais e Rio de Janeiro, ligando os trechos de Cristalina (GO) a Belo Horizonte (MG). São esperados agora cerca de R\$ 12 bilhões de investimentos, dos quais R\$ 6,4 bilhões devem ser aplicados em infraestrutura e R\$ 5,6 bilhões para os custos operacionais da rodovia.

O diretor executivo da Vinci Highways para a América Latina, Laurent Cavrois, afirmou que a empresa irá “melhorar a conectividade, oferecer serviços de qualidade aos usuários, implementar políticas ambientais e impulsionar o desenvolvimento econômico da região”.

A rodovia é estratégica no escoamento de produtos minerais e a modernização é considerada essencial para impulsionar o desenvolvimento econômico e social da região. O contrato prevê que a empresa vencedora do leilão realize as seguintes melhorias previstas: duplicação de 9,9 km do trecho rodoviário; construção de 342,9 km de faixa adicional e 61,6 km de vias marginais; instalação de 43 passarelas para pedestres e 18 passagens de fauna.

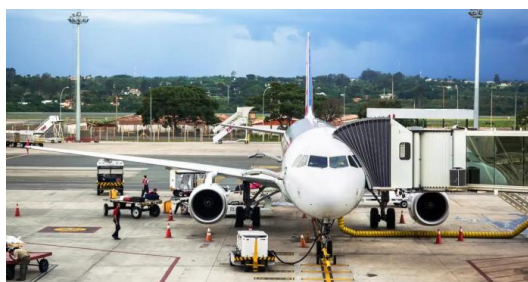
Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 27/09/2024

NACIONAL - PETROBRAS REDUZ PREÇO DO QUEROSENE DE AVIAÇÃO EM 9,1% A PARTIR DE OUTUBRO

Segundo a estatal, o preço do QAV já acumula queda de 32,8% desde dezembro de 2022, barateando o litro em R\$ 1,66

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



Neste ano já houve uma redução acumulada de 16,4%, o que significa um decréscimo médio de R\$ 0,67 por litro de QAV em comparação com o preço de dezembro de 2023

O preço médio de venda do querosene de aviação (QAV) fornecido pela Petrobras para as distribuidoras terá uma redução de 9,1% a partir de 1º de outubro, o que equivale a uma diminuição de cerca de R\$ 0,34 por litro.

De acordo com a estatal, em 2024 já houve uma redução acumulada de 16,4%, o que significa um decréscimo médio de R\$ 0,67 por litro em comparação com o preço de dezembro de 2023. Se comparado com dezembro de 2022, a redução acumulada é de 32,8%, representando uma queda de R\$ 1,66 por litro.

“A Petrobras comercializa o QAV produzido em suas refinarias ou importado apenas para as distribuidoras que, por sua vez, transportam e comercializam os produtos para as empresas de transporte aéreo e outros consumidores finais nos aeroportos, ou para os revendedores. Distribuidoras e revendedores são os responsáveis pelas instalações nos aeroportos e pelos serviços de abastecimento”, informa a companhia.

O mercado brasileiro é caracterizado pela livre concorrência, sem restrições legais, regulatórias ou logísticas que impeçam outras empresas de atuarem como produtores ou importadores de QAV.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 27/09/2024

NACIONAL - NOVAS REGRAS PARA CONTRATOS DE TRANSIÇÃO PREOCUPAM TERMINAIS E AUTORIDADES PORTUÁRIAS



Dirigentes da Abeph e da ABTP querem se reunir com diretores da Antaq para debater questão

Da Redação redacao.jornal@redenenews.com.br

Novas normas determinam que a renovação dos contratos de transição deva ser aprovada pela Antaq

As novas regras da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) para a renovação dos contratos de transição nos portos preocupam terminais e autoridades portuárias. Eles temem que as restrições definidas para esse tipo de contrato aumentem a burocracia e dificultem a exploração das áreas dos complexos marítimos, consequentemente reduzindo as operações de cargas, a capacidade de movimentação de produtos dos complexos marítimos e até as receitas das administrações dos portos.

A polêmica teve início no último dia 19, quando, em reunião da diretoria, o diretor-geral da Antaq, Eduardo Nery, aprovou uma comunicação estabelecendo que as renovações dos contratos de transição também devem ser aprovadas pela agência.

Esses contratos são firmados para a exploração temporária de uma área portuária, permitindo que um operador a utilize para movimentar cargas enquanto a licitação para a concessão desse terreno não é realizada. A ideia é garantir o uso dos espaços portuários enquanto seus arrendamentos não são oficializados. Dessa forma, o complexo marítimo amplia a prestação do serviço de carga e descarga de mercadorias para seus usuários e a administração portuária conta com mais uma fonte de receita.

Nesse cenário, os contratos transitórios têm prazo de seis meses, podendo ser renovados. Originalmente, a Antaq atuava apenas na celebração do contrato nesse período inicial, com as renovações sendo aprovadas pelas autoridades portuárias, conforme a Resolução Normativa nº 07/2016 da agência.

Com as novas regras, além de o órgão regulador ter de aprovar as renovações, ficou estabelecido que, se o prazo de validade do acordo ver sido ampliado por mais de quatro vezes - vigorando por mais de dois anos - e a licitação da área em questão não estiver em curso ou com previsão de realização até o final de 2025, será necessária a celebração de um novo contrato de transição, com uma nova seleção pública para escolher quem irá explorar o espaço.

A Associação Brasileira das Entidades Portuárias e Hidroviárias (Abeph), que reúne as administrações dos portos públicos no País, reagiu com “preocupação” ao saber do comunicado da



Antaq, afirmou a diretora-executiva Gilmara Temóteo. Em entrevista ao BE News, ela destacou a importância do contrato de transição para os portos e a manutenção de seus serviços, considerando que as restrições impostas vão dificultar a exploração das áreas portuárias e prejudicar a economia.

“Não existe porto sem movimentação de cargas. E o contrato de transição é um instrumento que proporciona legalmente, durante um determinado período de tempo, que aquela empresa continue ali e a área portuária não fica ociosa, ofertando serviço de movimentação de cargas e gerando receita para a autoridade portuária”, afirmou Gilmara. E completou: “É claro que os portos querem explorar essas áreas com contratos de longo prazo. Mas o que nós temos visto é que os pedidos de licitação de áreas acabam enfrentando uma fila muito grande (no Governo Federal) e demoram para serem aprovados. Então não é culpa da autoridade portuária a permanência dos contratos de transição, porque o que se quer é, obviamente, o contrato permanente. Mas não se consegue dar vazão ao volume de pedidos de licitações e leilões dessas áreas”.

A diretora-executiva da Abeph teme que as novas regras levem a interrupção de parte dos contratos, levando a operadora em questão a abandonar a área que explorava. “É cargas que às vezes são essenciais, importantíssimas, para o porto, para a região, para o abastecimento da comunidade, elas vão deixar de ser operadas.

Ao saber das novas normas da Antaq, a Abeph comunicou as autoridades portuárias e, logo em seguida, pediu uma audiência com o diretor da agência Wilson de Lima Filho, relator desse processo. A data da reunião ainda não foi definida.

Terminais

As regras aprovadas pela agência também preocupam a Associação Brasileira de Terminais Portuários (ABTP). Seu diretor presidente, Jesualdo Silva, já chegou a conversar com o diretor-geral da Antaq, Eduardo Nery, sobre o caso, propondo que a decisão seja revista.

“Os contratos transitórios existem para uma finalidade pública. Você não pode interromper a operação. Você não pode dificultar o escoamento da carga. Quando (esses contratos) foram pensados para uma duração de seis meses, achava-se que esse prazo ajudaria para se concluir a licitação. E se precisasse de mais tempo, ele podia ser renovado. Mas percebe-se que as equipes de análise (dos pedidos de licitação de áreas) ainda não conseguem atender essa demanda no prazo específico”, disse o diretor-presidente da ABTP.

Com as regras divulgadas pela Antaq, o processo dos contratos de transição terá de passar por mais um órgão e alguns serão interrompidos, por excederem o limite de renovações, prejudicando as operações, explicou Jesualdo Silva.

Segundo o executivo, a ABTP está procurando se reunir com os diretores da Antaq para debater a questão. “Queremos dialogar com a Antaq, entender isso que o diretor-geral está pensando, mostrar para ele os impactos dessa medida. Não temos dúvidas de que iremos esclarecer essa questão”.

Antaq

Procurado pela Reportagem, o diretor-geral da Antaq, Eduardo Nery, divulgou uma nota explicando que “a agência modulará o alcance da decisão de modo a colher previamente esclarecimentos das autoridades portuárias e partes envolvidas, conforme o caso, para resguardar direitos e evitar qualquer prejuízo no atendimento das cargas movimentadas nos portos públicos”.

Nery também informou que “orientações específicas relacionadas ao atendimento da deliberação serão encaminhadas às autoridades portuárias”.

Em texto divulgado na semana passada, logo após a aprovação das novas regras, a Antaq destacou que essa mudança “vai garantir mais segurança jurídica para as autoridades portuárias, para o mercado e para o setor aquaviário”.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 27/09/2024

NACIONAL - VLI FECHA PARCERIA PARA COMPENSAÇÃO DE CARBONO NO TRANSPORTE DE COMBUSTÍVEIS

Empresa quer reduzir em 15% suas emissões até 2030

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



Iniciava pioneira da VLI com a ALE tem o objetivo de compensar emissões de mais de 90 toneladas de CO₂ em 2024, alinhando o transporte ferroviário com práticas sustentáveis - Foto: Divulgação

A VLI e a distribuidora de combustíveis ALE, firmaram uma parceria para a compensação de CO₂ de todo o transporte de combustíveis da companhia realizado nas ferrovias operadas pela companhia através de créditos de carbono – quando uma empresa investe os valores referentes aos gastos de suas emissões em projetos que reduzem as emissões do gás que polui o meio ambiente. A estimativa é que, em 2024, haja a compensação referente ao transporte de 15 milhões de litros de combustíveis, o equivalente a mais de 90 toneladas

de emissões.

Em 2023, a VLI realizou a primeira operação no mercado de créditos de carbono por meio da compensação das emissões de gases de efeito estufa de uma operação de transporte de 751 mil litros de gasolina e diesel, entre São Luís (MA) e Porto Nacional (TO), da ALE.

“A VLI tem uma política clara de inovação e criação de modelos disruptivos de negócio, que inclui soluções em parceria com nossos clientes. Esta nova etapa da parceria com a ALE é um grande exemplo disso e nos permitirá avançar na construção de uma movimentação de carga ainda mais sustentável, maximizando, assim, o potencial do modal ferroviário, que é referência em baixas emissões de poluentes na atmosfera, em comparação com outros modais de carga”, afirma a diretora-executiva Comercial da VLI, Carolina Hernandez.

Na avaliação do gerente executivo de Logística da ALE, Elmer Vinhote, a parceria com a VLI tem sido muito positiva por proporcionar maior eficiência operacional e contribuir para a redução das emissões de carbono. “Além disso, está em linha com nossa política de sustentabilidade, que inclui a criação dos combustíveis de transição energética Energy, com redução da emissão de poluentes e maior eficiência energética”, afirma.

Segundo ele, a área de logística da ALE tem buscado investir em tecnologia para aperfeiçoamento da malha logística e a consequente otimização de custos, além de parcerias que estão alinhadas com o plano de crescimento da companhia.

O programa

A parceria se deu por meio do projeto SemC. Sua principal premissa é a compensação das emissões de gases de efeito estufa através da utilização de créditos de carbono vinculados a cada transporte, permitindo que as empresas que procuram compensar suas emissões de carbono relacionadas ao transporte ferroviário possam fazê-lo diretamente pela VLI.

A VLI tem compromisso público de promover a redução de 15% na emissão de CO₂ em suas operações até 2030. Atualmente, nos corredores logísticos de maior movimentação de carga na VLI, quando o trem atinge velocidade superior a 8 km/hora, o maquinista pode habilitar a condução semiautônoma. A estimativa de economia de combustível por meio do uso do sistema é de 7% nos Corredores Leste e Sudeste e de 3,5% no Corredor Norte.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 27/09/2024

PORTO DE SANTOS - AUTORIDADES DE SANTOS E LAS PALMAS FARÃO CONVÊNIOS ENTRE OS DOIS PORTOS

Porto espanhol fica nas Ilhas Canárias, uma Zona Franca, conectada a 510 portos em 135 países
Da Redação redacao.jornal@redebenevents.com.br



Anderson Pomini e Beatriz Calzada Ojeda, presidente da Autoridade Portuária de Las Palmas. Ela informou que com a crise de segurança no Mar Vermelho, a movimentação de Las Palmas cresceu 40% e há expectativa de que Las Palmas seja incluído em novas rotas de navegação para navios vindos do Brasil. Foto: Divulgação/APS

A Autoridade Portuária de Santos (APS) recebeu, nesta quinta-feira (26), na sua sede, comitiva da Autoridade Portuária de Las Palmas, importante e estratégico porto situado nas Ilhas Canárias, Espanha. O presidente da APS, Anderson Pomini, e Beatriz Calzada Ojeda, presidente da Autoridade Portuária de Las Palmas, autorizaram estudos para a celebração de convênios e parcerias entre os dois portos.

Las Palmas é o maior porto multipropósito do Atlântico médio e da Espanha, tem um calado que varia de 30 a 50 metros, fica próximo à costa do Marrocos e distante 2 mil quilômetros da península Ibérica. É porta de entrada para a Europa e a África. A presidente Beatriz Ojeda informou que, com a crise de segurança no Mar Vermelho, a movimentação de Las Palmas cresceu 40%.

Beatriz Ojeda informou também que há expectativa de que Las Palmas seja incluído em novas rotas de navegação para navios vindos do Brasil, por ser um trajeto mais curto, o que reduz a emissão de carbono. Há ainda a vantagem de Las Palmas ter tradição no envio de cargas para a África, principalmente de alimentos e doações humanitárias. Afirmou que há uma média de 30% de perda das cargas relacionadas a doações quando o transporte não é realizado por especialistas em atender o continente africano.

A comitiva de Las Palmas sinalizou ainda com as vantagens de empresas brasileiras que pretendam se instalar no arquipélago, formado por oito ilhas e que tem dois milhões de habitantes.

O crescimento do mercado consumidor na África tem atraído empresas de vários países às Canárias. Os impostos cobrados na Europa continental estão em cerca de 25% e, nas Canárias, considerada Zona Franca, são da ordem de 4%. O Porto de Las Palmas recebe três milhões de passageiros de cruzeiros por ano. Mas, considerando todas as ilhas do arquipélago, as Canárias somam 18 milhões de visitantes/ano.

A Autoridade Portuária de Las Palmas é responsável por cinco portos e duas marinas na Ilha de Grande Canárias. Dentre as principais cargas movimentadas estão combustíveis, frutas e pescados. Las Palmas movimenta 1,2 milhões de TEUS/ano e atende 510 portos em 135 países. Dispõe também de importante infraestrutura para reparos navios, com estaleiros que servem a indústria petroleira e outros segmentos do setor.

O presidente Anderson Pomini fez uma explanação sobre os planos de investimento e expansão do Porto de Santos, abordando também os projetos de descarbonização e das parcerias já encaminhadas entre Santos e os portos de Barcelona, Valência e Algecira, na Espanha continental.

Houve troca de brindes e placas entre os dois portos. O encontro foi prestigiado pelos diretores de Administração e Finanças, Júlio Cezar Alves de Oliveira; de Operações, Beto Mendes e de Desenvolvimento de Negócios e Regulação, Gustavo Pereira.

Integram a comitiva de Las Palmas, que também conheceu o Porto de Santos em visita embarcada pelo canal de navegação, o diretor Francisco Javier Trujillo Ramírez; a chefe de Gabinete, Angélica

Muñoz Redondo; Luis Padilla Macabeo, diretor de Relações com a África; Bernardino Santana Rivero, conselheiro de Boluda e Suárez e Alexandre Bolson, advogado brasileiro/espanhol, assessor de Las Palmas para Assuntos com o Brasil.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 27/09/2024

REGIÃO NORDESTE - 1ª INDÚSTRIA DE E-METANOL DO BRASIL SERÁ INSTALADA NO PORTO DE SUAPE

As obras terão início em outubro do próximo ano e a unidade começa a funcionar em julho de 2028, no terreno localizado nas proximidades do Estaleiro Atlântico Sul

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br



Na ocasião, a governadora Raquel Lyra assinou o termo e anunciou a instalação da planta em Suape, numa área de 10 hectares, com esmava de R\$ 2 bilhões em investimentos - Foto: Governo de Pernambuco

O Porto de Suape (PE) vai receber a primeira indústria de produção de e-metanol do Brasil. O contrato foi firmado entre o Governo do Estado e a empresa European Energy, na última segunda-feira (23), durante cerimônia no Palácio do Campo das Princesas.

Na ocasião, a governadora Raquel Lyra assinou o termo e anunciou a instalação da planta em Suape, numa área de 10 hectares, com estimativa de R\$ 2 bilhões em investimentos. A chegada da companhia marca mais um passo para o desenvolvimento de uma economia limpa em Pernambuco e tem previsão de gerar 250 empregos diretos e mais 15 mil indiretos.

Quando estiver em funcionamento, serão 40 postos fixos de trabalho, com efeito multiplicador na cadeia de fornecedores locais. Pelo cronograma estabelecido, o projeto básico será apresentado até 30 de abril de 2025, e as obras terão início seis meses depois, com a concessão das licenças ambientais.

As obras terão início em outubro do próximo ano, e a unidade começa a funcionar em julho de 2028 no terreno localizado nas proximidades do Estaleiro Atlântico Sul. Também conhecido como metanol verde, o e-metanol é obtido de fontes renováveis e livre de emissões poluentes, sobretudo quando é produzido a partir de uma matriz de hidrogênio verde.

O projeto idealizado pela European Energy para Suape seguirá o modelo da planta que está sendo comissionada na Dinamarca, um dos países mais sustentáveis do continente europeu. A estimativa é de que 100 mil toneladas de e-metanol sejam movimentadas por ano no atracadouro pernambucano, o sexto porto público mais movimentado do Brasil.

“Iremos sediar a indústria da European Energy em razão da nossa posição geográfica, da oportunidade que existe no Porto de Suape, da geração de biocombustível e do potencial de produção de energia eólica e solar, em Pernambuco e no Nordeste como um todo”, ressaltou Raquel Lyra.

QUANDO ESTIVER EM FUNCIONAMENTO, SERÃO 40 POSTOS FIXOS DE TRABALHO, COM EFEITO MULTIPLICADOR NA CADEIA DE FORNECEDORES LOCAIS. PELO CRONOGRAMA ESTABELECIDO, O PROJETO BÁSICO SERÁ APRESENTADO ATÉ 30 DE ABRIL DE 2025, E AS OBRAS TERÃO INÍCIO SEIS MESES DEPOIS, COM A CONCESSÃO DAS LICENÇAS AMBIENTAIS

O Deputy CEO da European Energy, Jens-Peter Zink, afirmou que a instalação da planta em Pernambuco faz parte da estratégia global da empresa. “Este projeto faz parte de nossa estratégia de internacionalização. Trazemos a expertise dinamarquesa no desenvolvimento, construção e operação de projetos de descarbonização. Acreditamos que o país reúne todas as condições para consolidar-se como protagonista na transição energética mundial”, enfatizou.

Para o secretário estadual de Desenvolvimento Econômico, Guilherme Cavalcanti, os investimentos em energia verde correspondem ao compromisso firmado pela atual gestão. “A chegada da European Energy válida a nossa estratégia de transição energética e atração de investimentos na cadeia do hidrogênio verde. Estamos focados nos empreendimentos que têm viabilidade no presente, compromisso real firmado e capacidade de atrair novos negócios da mesma cadeia produtiva”, disse.

Divisor de águas

O diretor-presidente do Complexo de Suape, Marcio Guiot, pontua que este é um marco importante para o setor. “O anúncio de hoje marca um divisor de águas para Pernambuco e para o Complexo de Suape. É um investimento de porte que consolida a política de descarbonização do território, para ofertar ao mercado marítimo combustível de fontes limpas, com impacto bastante positivo no transporte de carga por navios. A planta da European Energy vai projetar Suape para um novo patamar de desenvolvimento sustentável. É um grande passo para a consolidação do nosso porto no país e no mundo”, comemorou.

“IREMOS SEDIAR A INDÚSTRIA DA EUROPEAN ENERGY EM RAZÃO DA NOSSA POSIÇÃO GEOGRÁFICA, DA OPORTUNIDADE QUE EXISTE NO PORTO DE SUAPE, DA GERAÇÃO DE BIOCOMBUSTÍVEL E DO POTENCIAL DE PRODUÇÃO DE ENERGIA EÓLICA E SOLAR, EM PERNAMBUCO E NO NORDESTE COMO UM TODO”

RAQUEL LYRA
governadora de Pernambuco

De origem dinamarquesa, a corporação tem operações de geração renovável, solar e eólica, consolidadas em Pernambuco e na Paraíba, além de um portfólio de ativos em desenvolvimento. A European Energy já estabeleceu parceria com a empresa A. P. Moller-Maersk, também de origem dinamarquesa, para abastecimento dos novos navios da holding à base de e-metanol. A holding é uma das maiores companhias de transporte marítimo do mundo e, por meio de sua subsidiária APM Terminals, está construindo um novo terminal de contêineres em Suape, que será o primeiro 100% eletrificado da América Latina. Em obras desde fevereiro de 2024, a nova planta deverá começar a operar no segundo semestre de 2026, prevendo investimentos de R\$ 1,6 bilhão.

Participaram do evento o secretário estadual Fernando Holanda (Assessoria Especial à Governadora e Relações Internacionais), o presidente da Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco (Adepe), André Teixeira Filho, o diretor de Desenvolvimento e Gestão Industrial de Suape, Arthur Neves, e o empresário Eduardo Monteiro.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**
Data: 27/09/2024

SEM CATEGORIA - DINO BATISTA: DRAGAGEM VAI TRANSFORMAR PORTO DE SALVADOR EM HUB DO NORDESTE

Secretário de Hidrovias destaca obras como chave para resolver problemas históricos e ampliar capacidade dos portos da Bahia

Por **CÁSSIO LYRA** cassio.lyra@redenenews.com.br



Em seu discurso, Dino Batista disse que os investimentos em dragagem e ampliação dos terminais baianos buscam resolver problemas históricos e fortalecer a logística regional (Foto: Reprodução/TV BE News)

O secretário nacional de Hidrovias e Navegação do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), Dino Batista, afirmou que as obras de dragagem de aprofundamento vão transformar o Porto de Salvador, na Bahia, em um hub da região Nordeste. O secretário destacou os investimentos da pasta para o estado, que foram anunciados nesta semana.

“A dragagem de manutenção não é preciso na Baía de Todos os Santos. No ano a ano, é muito pouco para ser dragado. Mas é preciso fazer a dragagem de aprofundamento para que o Porto de Salvador seja, efetivamente, o hub do Nordeste”, comentou.

O secretário classificou que as obras de dragagem de aprofundamento nos portos baianos, conforme anunciado para o porto de Ilhéus nesta semana, referem-se a problemas históricos no estado.

“Conseguindo a dragagem, com os investimentos para a ampliação do terminal de contêineres, a gente realmente está resolvendo problemas históricos. Estamos falando em ampliar o Porto de Salvador. É isso que a Bahia merece, o Governo Federal e o Governo Estadual trabalhando juntos. Com esses feitos, e também essa discussão, vamos contribuir para trazer um grande desenvolvimento logístico para a Bahia”, avaliou.

Batista ressaltou o ambiente promovido pelo Bahia Export em juntar, no mesmo ambiente, poder público com a iniciativa privada. “Temos que aproveitar esse momento para fomentar a sociedade e iniciativa privada, que é quem executa investimentos, tem função de riscos, já que ser empreendedor no Brasil não é simples. Temos que saudar muito dos nossos parceiros e empresas que acreditam no Brasil”, classificou.

Batista continuou que “o Brasil Export é um evento que congrega toda discussão da logística brasileira. Do Brasil Export tivemos desmembramentos com os eventos regionais e, agora, o Bahia Export. Essa oportunidade de ser ter um debate, junto com a iniciativa privada, da logística e não somente do país, mas agora também com alguns focos”, finalizou.

O Bahia Export é uma edição estadual do Brasil Export, principal fórum para discussões sobre o desenvolvimento dos setores de portos, logística, transportes e infraestrutura no Brasil. A programação é transmitida pela TV BE News, disponível nos canais 82 da Sky, 58 da parabólica e 19 para a Grande Campinas em sinal aberto. Adicionalmente, os conteúdos puderam ser acessados pelo canal @tv_benews no YouTube e pelo site www.tvbenews.com.br.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 27/09/2024

BAHIA EXPORT - “BAHIA PRECISA SER O PROTAGONISTA DA ECONOMIA DO NORDESTE”, DIZ JULIÃO

Fabrizio Julião também destacou a necessidade por melhoria de acessos e da infraestrutura do estado

Por **CÁSSIO LYRA** cassio.lyra@redebenews.com.br



O CEO do Brasil Export disse que as discussões voltadas para os setores da logística e da infraestrutura da Bahia vão continuar mesmo após a conclusão dos dois dias de fórum (Foto: Divulgação/Grupo Brasil Export)

O CEO do Grupo Brasil Export, Fabrício Julião, afirmou que o estado da Bahia precisa ser o protagonista da economia da região Nordeste. A fala aconteceu durante a solenidade de abertura do Bahia Export, Fórum Estadual de Logística, Infraestrutura e

Transportes, realizado na quinta-feira (26) na capital Salvador.

Julião enfatizou que a realização do Bahia Export serve como um grande evento multissetorial que vai alavancar o desenvolvimento do estado.

“O evento é transformador. Quando realizamos um fórum como esse, estamos falando em geração de empregos, geração de renda e oportunidades”, disse.

Assim como tem sido o tema principal nos fóruns regionais promovidos pelo Grupo Brasil Export em 2024, os acessos também são prioridades para o estado baiano.

“Nossos terminais não devem pra nenhum outro lugar do mundo. Temos terminais modernos, onde as empresas investem em tecnologia. Mas o nosso problema é logística. Precisamos de uma palavra que é comum em todos nossos fóruns, precisamos de acessos. Precisamos o tempo todo discutir ferrovias, precisamos discutir rodovia, pois nossa capacidade de produção do agronegócio vai ser sempre maior do que a nossa capacidade de produzir quilômetros de rodovias ou ferrovias. A palavra de ordem é acessos”, pontuou.

O CEO do Brasil Export disse que as discussões voltadas para os setores da logística e da infraestrutura da Bahia vão continuar mesmo após a conclusão dos dois dias de fórum.

“É um evento que começamos com o pé direito. Agenda essa que não vai se esgotar. Bahia precisa ser a protagonista da economia da região Nordeste. Precisamos colocar isso em prática. O Bahia Export é um ambiente muito propício quando reunimos empresários, setor público e autoridades”, finalizou.

O Bahia Export é uma edição estadual do Brasil Export, principal fórum para discussões sobre o desenvolvimento dos setores de portos, logística, transportes e infraestrutura no Brasil. A programação é transmitida pela TV BE News, disponível nos canais 82 da Sky, 58 da parabólica e 19 para a Grande Campinas em sinal aberto. Adicionalmente, os conteúdos puderam ser acessados pelo canal @tv_benews no YouTube e pelo site www.tvbenews.com.br.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 27/09/2024

BAHIA EXPORT - PORTOS BAIANOS TERÃO INTEGRAÇÃO COM A HIDROVIA DO SÃO FRANCISCO

Diretor-presidente da Codeba destaca potencial socioambiental e econômico da via como nova fronteira para o desenvolvimento do estado

Por **CÁSSIO LYRA** cassio.lyra@redebenews.com.br



De acordo com Antônio Gobbo, a hidrovia do São Francisco pode representar uma imensa redução nos custos de transporte de cargas ao longo dos 1.371 quilômetros navegáveis (Foto: Divulgação/Grupo Brasil Export)

O diretor-presidente da Companhia das Docas do Estado da Bahia (Codeba), Antônio Gobbo, afirmou que os portos baianos vão possuir uma melhor integração entre os modais de transporte a partir da hidrovia do São Francisco. A participação do presidente da companhia ocorreu durante a solenidade de abertura do Bahia Export, Fórum Estadual de Logística, Infraestrutura e Transportes,

na quinta-feira (26) na capital Salvador.

Nesta semana, a Codeba assinou um protocolo de intenções para administrar a hidrovia, com o principal objetivo de ampliar o uso do modal para o transporte de cargas e também de passageiros.

Em sua fala, Gobbo destacou os ganhos logísticos e do desenvolvimento dos portos baianos com o novo modal.



“O projeto da hidrovía não é meramente um projeto logístico. É um projeto socioambiental de desenvolvimento regional e que pode ser a nova grande fronteira do desenvolvimento da Bahia. Governador Jerônimo (Rodrigues) se prontificou a participar da produção dos estudos. Vamos fazer a nossa parte para que essa delegação venha de fato, e aí a gente começa a pensar de uma forma macro e sistêmica”, declarou.

Claudio Peixoto destacou a realização do Bahia Export como uma janela de oportunidades para futuros negócios

Segundo Gobbo, a hidrovía do São Francisco pode representar uma imensa redução nos custos de transporte de cargas ao longo dos 1.371 quilômetros navegáveis.

“A hidrovía pode mitigar os efeitos dessa falta do transporte ferroviária. Com os estudos, a gente pode pensar e tentar projetar as ferrovias ligando com Petrolina, Juazeiro, ao Porto de Aratu, ao Porto de Suape, conexões com a Fiol. Com isso, a gente traz um elemento novo de integração entre todos os modos de transporte”, explicou.

Representando o governador Jerônimo Rodrigues (PT), o secretário de Planejamento do Estado da Bahia, Claudio Peixoto, destacou a realização do fórum como uma importante janela de oportunidades para futuros negócios em prol do desenvolvimento.

“A Bahia está em sintonia com políticas do Governo Federal. O estado vive oportunidade ímpar de redefinir seu panorama econômico e social. Fóruns como o Bahia Export se revelam como uma excelente oportunidade para fortalecer o diálogo entre o setor público e o setor produtivo”, comentou.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 27/09/2024

BAHIA EXPORT - “NA BAHIA, A MAIOR PRIORIDADE É RESGATAR A INFRAESTRUTURA”, DIZ OLIVA

Presidente do Conselho do Bahia Export exaltou a importância do fórum para debater o setor e desafios no estado

Por **CÁSSIO LYRA** cassio.lyra@redebenews.com.br



Para Oliva, apesar do ambiente de insegurança jurídica no setor portuário, empresários e empresas do segmento possuem papel importante para alavancar os investimentos (Foto: Reprodução/TV BE News)

O presidente do Conselho do Bahia Export, Roberto Oliva, destacou o papel dos empresários e da iniciativa portuária como desenvolvedores da economia do Brasil a partir dos seus investimentos, principalmente nos setores portuário e de logística. Oliva disse que a missão é resgatar a infraestrutura da Bahia.

Em seu discurso durante a solenidade de abertura do Bahia Export, na quinta-feira (26), em Salvador, Oliva pontuou o ambiente de insegurança jurídica que cerca o setor portuário, mas que mesmo assim, empresários e empresas do segmento possuem papel importante para alavancar os investimentos.

“Nosso ambiente ainda é de muita insegurança. Não podemos estar de quatro em quatro anos mudando de diretriz. É preciso uma política de estado. Temos que demonstrar que a solução passa pela classe empresarial, pelos nossos grandes investimentos. E o exemplo claro disso é o setor portuário, que é o único setor da infraestrutura que conta com recursos próprios das empresas, sejam nos terminais privados (TUPs) ou seja nos arrendamentos portuários”, comentou.

Oliva destacou a realização do Bahia Export, o primeiro fórum estadual promovido pelo Grupo Brasil Export.

“Bahia se ressentia de um fórum que fosse transversal, onde se há multiplicidade de atores de todos os setores. É importante usar fóruns como esse para poder resgatar o planejamento estratégico, de se ter uma visão de longo prazo. Na Bahia, a maior prioridade é resgatar a infraestrutura”, disse.

Participaram da solenidade de abertura Pedro Maia, procurador geral de Justiça do Estado da Bahia; Marcus Presidio, presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE) da Bahia; Marcos Lessa, diretor-presidente da Salvador Par; vice-almirante Antônio Carlos Cambra; comandante do 2º Distrito Naval; José Roberto Campos, presidente do Conselho Nacional do Brasil Export; Monica Aragão, defensora pública do Estado da Bahia; Claudio Murilo Xavier, vice-presidente da Federação das Indústrias da Bahia (Fieb); Gilmara Temóteo; presidente do Conselho Feminino do Brasil Export; Caio Zanardo, CEO da Veracel; Luiz Gavazza, diretor-presidente da Bahiagás; Jesualdo Silva, diretor-presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários; e Joaci Góes, presidente do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 27/09/2024

BAHIA EXPORT - TRANSIÇÃO ENERGÉTICA NA BAHIA: OPORTUNIDADES E BARREIRAS PARA O CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL

Especialistas discutem as necessidades de infraestrutura para ampliar o uso de fontes renováveis e impulsionar o desenvolvimento regional

Por **JÚNIOR BATISTA** junior.basta@redenenews.com.br



No painel “Ações e planos da indústria baiana para a transição energética” foram debatidos desafios e oportunidades para a Bahia no contexto da expansão das energias renováveis (Foto: Divulgação/Grupo Brasil Export)

A transição energética, um dos temas centrais para o futuro da economia mundial, também foi pauta durante o Bahia Export 2024, fórum regional de logística e infraestrutura, organizado pelo Grupo Brasil Export, que acontece em Salvador.

No painel “Ações e planos da indústria baiana para a transição energética”, especialistas discutiram as oportunidades e os desafios enfrentados pela Bahia no contexto da expansão das energias renováveis e das necessidades de infraestrutura para viabilizar esse movimento.

Moderado por Armando Avena, economista e CEO do Bahia Econômica, o painel contou com a participação de Marcos Lessa, diretor-presidente da Salvador Par, Roberto Fortuna, coordenador de fomento à indústria de energia renovável da Bahia, Thiago Andrade, CEO da Petrobahia, e Carlos Lazari, especialista do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Marcos Lessa destacou o papel estratégico da Salvador Par, uma empresa voltada para o desenvolvimento de projetos em parceria com o setor privado, e apontou que a Bahia já tem uma matriz energética altamente renovável. “Hoje, 90% da matriz energética da Bahia vem de fontes renováveis, o que é uma conquista imensa. No entanto, ainda há desafios a serem superados, especialmente no oeste do estado, onde há um déficit significativo de capacidade de geração de energia”, afirmou. Segundo Lessa, essa limitação tem impactos diretos na eficiência logística e no desenvolvimento da região. “Olhando para a cadeia produtiva, quem sofre com essa falta de energia é o polo logístico baiano”, completou.

A necessidade de ampliação da infraestrutura energética na Bahia foi também tema da fala de Roberto Fortuna, que reforçou a importância das energias limpas como vetor de crescimento econômico. “A energia gerada a partir de parques solares, eólicos e da biomassa é possivelmente o

principal vetor de desenvolvimento do estado. E, com o avanço dos estudos para a implantação de plantas de hidrogênio verde, estamos diante de uma grande oportunidade de liderar essa transição no Brasil”, disse Fortuna, referindo-se ao potencial da Bahia de se tornar um polo de exportação de energia sustentável para o mundo.

Já Thiago Andrade, CEO da Petrobahia, focou nos desafios enfrentados pelo setor privado para lidar com as carências estruturais, principalmente no extremo oeste baiano. “A questão do oeste da Bahia é um desafio enorme para o setor privado. Estamos investindo em uma planta de etanol de milho na região, mas a falta de infraestrutura energética adequada é um entrave que precisamos superar”, ressaltou. Para Andrade, o desenvolvimento energético da região será crucial para atrair mais investimentos e acelerar o crescimento econômico.

Apoio a projetos

O especialista do BNDES, Carlos Lazari, por sua vez, destacou o papel do banco no apoio a projetos de infraestrutura que promovam a transição energética de forma equilibrada e sustentável. “Nosso grande desafio é garantir que não faltem recursos para a infraestrutura necessária para essa transição. A Bahia tem um potencial gigantesco, e nosso papel é viabilizar os investimentos que possam transformar esse potencial em realidade”, afirmou.

Com uma matriz energética majoritariamente renovável, a Bahia se destaca como uma referência no uso de energias limpas no Brasil. No entanto, o painel ressaltou que a transição energética não é apenas uma questão de mudança de fontes de energia, mas envolve também a superação de desafios logísticos e estruturais, além da atração de investimentos públicos e privados para garantir o desenvolvimento sustentável da região.

O fórum, que continua até esta sexta-feira (27), segue sendo um espaço essencial para debates sobre o futuro da infraestrutura e da economia na região, com foco em soluções inovadoras e sustentáveis para a Bahia e o Brasil.

O Bahia Export 2024 é uma edição estadual do Brasil Export, principal fórum de debates sobre o desenvolvimento dos setores de portos, logística, transportes e infraestrutura do país. Sua programação é transmitida pela TV BE News no canal 82 da Sky; canal 58 da parabólica; e em sinal aberto para a Grande Campinas no canal 19. Está disponível no canal @tv_benews no Youtube; e no site www.tvbenews.com.br.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 27/09/2024

BAHIA EXPORT - DEPUTADO CRITICA RIGIDEZ AMBIENTAL E DEFENDE EQUILÍBRIO COM DESENVOLVIMENTO

Eduardo Salles afirmou que é preciso adaptar a legislação para promover o desenvolvimento sustentável sem radicalismos

Por **YOUSEFE SIPP** yousefe.sipp@redebeneews.com.br



O deputado estadual Eduardo Salles (PP-BA) criticou o excesso de rigidez na aplicação da legislação ambiental frente ao desenvolvimento de projetos de infraestrutura e logística no Brasil.

“A sustentabilidade não vem isolada; ela está atrelada a diversos fatores. Primeiro, a questão da preservação e o cumprimento das leis. É essencial que as normas sejam respeitadas, mas também precisamos de flexibilidade para promover o desenvolvimento de forma sustentável, sem radicalismos”, afirmou na quinta-feira (26), durante o Fórum

Regional Bahia Export, em Salvador.

“A modificação das leis quando necessário é fundamental para avançarmos de maneira equilibrada”, completou Salles.

Para o parlamentar, é essencial tratar das questões relacionadas às recentes catástrofes provocadas pelas mudanças climáticas, mas sem ignorar os obstáculos que dificultam o desenvolvimento da infraestrutura e logística no país. Segundo ele, “todos os tipos de empreendimentos têm início nas questões fundiária e ambiental”, o que exige um equilíbrio entre a preservação e a superação desses gargalos para garantir o avanço dos projetos.

Pedro Maia, chefe do Ministério Público da Bahia, explicou que a Constituição de 1988 estabeleceu como dever de cada unidade estadual da instituição a proteção do meio ambiente em seu sentido mais amplo. A atuação ocorre por meio de promotores ambientais, que fiscalizam o processo de licenciamento, garantindo o monitoramento de intervenções que possam impactar fora dos parâmetros legais.

“Toda essa governança ambiental é necessária para que o Estado tenha controle sobre todos os empreendimentos e os impactos causados no meio ambiente”, detalhou.

Segundo Maia, a visão do Ministério Público evoluiu e, hoje, está alinhada ao pensamento global na busca por um meio ambiente sustentável, integrado ao desenvolvimento. Ele mencionou que a Resolução 118 do Conselho Nacional do Ministério Público, de 2014, formalizou a criação de núcleos de autocomposição, priorizando soluções consensuais.

Na área ambiental, os núcleos focam na atuação extrajudicial, por meio de inquéritos civis, audiências públicas e acordos como os TACs (termo de ajustamento de conduta), evitando a judicialização, que muitas vezes representa uma derrota.

“Estamos realizando uma mudança significativa, privilegiando a metodologia de mediação, que trará, para todos os envolvidos — poder público, sociedade civil organizada e empresariado —, a certeza de algo que a nossa instituição deve garantir à população: a segurança jurídica”, disse Maia.

Demandas

A procuradora-geral Bárbara Camardelli pontuou que a deficiência jurídica muitas vezes é um reflexo de demandas sociais não atendidas. “Se as normas parecem rígidas, é porque há uma necessidade social de mudança. O que muda é o olhar interpretativo, ampliando ou reduzindo o que está previsto”.

No setor de infraestrutura, Camardelli exemplificou uma ação de reinterpretação da lei de regularização fundiária da Bahia, que, apesar de datada de 1970 e focada em empreendimentos agrossilvopastoris, foi adaptada para incluir investimentos em energia eólica, mostrando que a adaptação das normas pode ocorrer.

Entretanto, Camardelli ressaltou que, em alguns casos, é necessário inovar, como nas leis atuais sobre direito de propriedade. Ela pontuou que, atualmente, esse conceito vai além da terra física e se tornou financeiro, como nos fundos imobiliários, onde a posse pode ser transformada em cotas.

“Hoje, a mudança na interpretação de conceitos como esses demanda novas leis”, observou. “Isso é fundamental, pois tudo começa pela terra e pelo direito de propriedade. O uso da terra é o que possibilita a realização dos diversos contratos, especialmente na infraestrutura. Ao tratar de portos, devemos considerar não apenas as instalações, mas também os acessos, reforçando a importância do uso adequado da terra”, finalizou.

No painel “Regularização Fundiária e Licenciamentos Ambientais” participaram Gustavo Eduardo Rocha Machado, superintendente de Desenvolvimento Agrário da Secretaria de Desenvolvimento Rural do Estado da Bahia; Maria Amélia Mattos, diretora do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado da Bahia (Inema); e Washington Pimentel, advogado.

O Bahia Export é uma edição estadual do Brasil Export, principal fórum para discussões sobre o desenvolvimento dos setores de portos, logística, transportes e infraestrutura no Brasil. A programação é transmitida pela TV BE News, disponível nos canais 82 da Sky, 58 da parabólica e 19 para a Grande Campinas em sinal aberto. Adicionalmente, os conteúdos puderam ser acessados pelo canal @tv_benews no YouTube e pelo site www.tvbenews.com.br.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 27/09/2024

OPINIÃO – ARTIGOS – ARTICULISTA - O JORNALISMO DO NOSSO FUTURO



FATEMAH FARAG

Fundadora e diretora da Welad ElBalad Media, Egito

opinioao@portalbenews.com.br



Os olhos de todos se voltam para eleições, grandes eventos e grandes mudanças ao considerar a viabilidade de ações para trazer a democracia. Mas, de onde eu estou, é o trabalho duro diário da cidadania em pequena escala que pode eventualmente construir entendimento sustentável e comprometimento com uma democracia efetiva e inclusiva.

Bem no sul do Egito, uma jovem me disse uma vez: “Ser jornalista em um jornal local me deu a oportunidade de descobrir e afirmar quem eu sou; o que minha comunidade é e o que ela precisa – não que me digam quem somos e como devemos ser.”

À medida que nos aproximamos do Dia Mundial do Jornalismo, lembro-me da frase “a democracia é local” (Thomas Jefferson, naquela época); o trabalho dos jornalistas em suas comunidades nada mais é do que uma expressão de prestação de serviço, cidadania e empoderamento, que são os blocos de construção da democracia.

Os olhos de todos se voltam para eleições, grandes eventos e grandes mudanças ao considerar a viabilidade de ações para trazer a democracia. Mas, de onde eu estou, é o trabalho duro diário da cidadania em pequena escala que pode eventualmente construir entendimento sustentável e comprometimento com uma democracia efetiva e inclusiva. E o trabalho desses jornalistas comprometidos que vão atuar todos os dias para reportar sobre e para suas comunidades é central para esse processo.

Este não é um trabalho fácil.

Construir, gerenciar e sustentar um jornalismo local de serviço público capaz de desempenhar papéis essenciais no apoio às comunidades é, na maioria das vezes, uma tarefa ingrata.



Em todo o mundo, o dinheiro secou porque o negócio do jornalismo foi ameaçado pelas grandes empresas de tecnologia, empregos foram perdidos, a qualidade foi comprometida, os recursos estão fragmentados e o valor do jornalismo é constantemente contestado.

Fechar espaços de informação é um risco cada vez maior. Basta olhar para os últimos 11 meses em Gaza, onde Israel matou um número sem precedentes de jornalistas com impunidade. A última contagem do Comitê para a Proteção dos Jornalistas (CPJ) documenta pelo menos 116 jornalistas mortos nesta guerra.

“Não são apenas vidas que estamos perdendo; credibilidade também.”

“Cuidado: se você continuar mentindo, você vai crescer e se tornar um jornalista da CNN”, gracejou um meme popular em árabe no advento da carnificina contra os palestinos em Gaza. E havia variações: um jornalista da BBC, etc.

A confiança na imparcialidade e nos padrões da mídia ocidental foi duramente testada — e não apenas no mundo de língua árabe, trazendo de volta os fantasmas da cobertura pós-11 de setembro, da Guerra do Iraque e até mesmo da cobertura de Trump e das eleições nos EUA.

E parece que as próprias pessoas que pretendemos atender também estão cada vez mais cansadas de campanhas de desinformação/informação enganosa, e a desconfiança e a evasão do público são realidades diárias.

Sabemos, pelo nosso trabalho no coração das comunidades e pelas tendências perturbadoras que acompanharam o declínio do jornalismo local, que o jornalismo independente é fundamental para explorar e defender a verdade.

“É um trabalho tão duro”, confidencia um jornalista enquanto enxugava o suor da testa em um campo onde estava relatando as lutas dos fazendeiros no Egito. No entanto, ele se manteve firme — e, por isso, sua comunidade pôde encontrar informações confiáveis e tomar decisões informadas sobre suas vidas diárias.

Ele não é uma figura reconhecida internacionalmente; as pessoas raramente conhecem a base. Mas seu trabalho incorpora o coração e a alma do que é o jornalismo — um ato de serviço.

Vivemos em primeira mão os perigos impostos à democracia pela perda da mídia independente — particularmente local. Estamos agora confiantes no conhecimento de que a sobrevivência de um setor de mídia diverso e proficiente é uma pedra angular essencial nessa busca por humanidade e liberdade.

Não podemos mais ter dúvidas quanto à ameaça que os monopólios das grandes empresas de tecnologia representam para a nossa profissão — e podemos pensar claramente sobre o valor que o jornalismo traz para a sociedade e onde precisamos recuar e estabelecer limites.

Os exemplos daqueles que estão agarrando esse momento estão aí: veículos de mídia de propriedade de jornalistas para alguns, gráficos e produtos para outros, engajamento comunitário para muitos — e isso é apenas parte do que está sendo feito. O resto depende de você: nossos públicos e comunidades. Diga-nos o que você precisa. Apoie organizações de notícias que estão priorizando o bom jornalismo e o serviço público. Faça escolhas boas e informadas com relação à mídia que você consome. Porque somente juntos podemos construir um ecossistema de jornalismo próspero e responsivo em apoio à justiça e à verdade.

*Este artigo foi produzido como parte da campanha do Dia Mundial do Jornalismo para destacar a importância da imprensa.

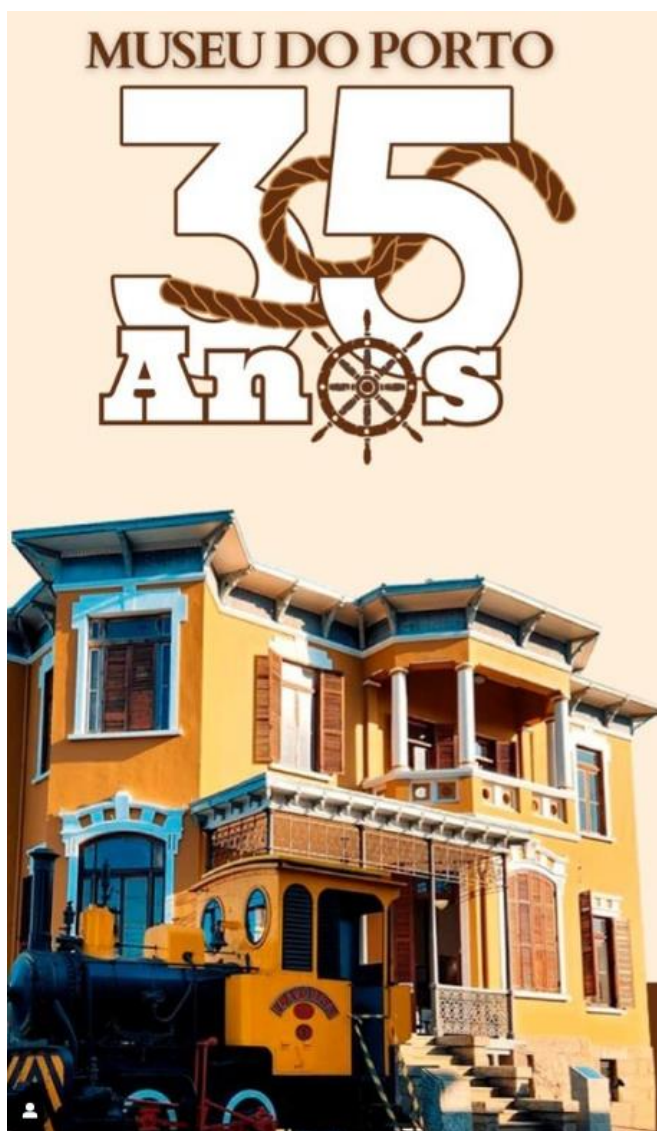
Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**
Data: 27/09/2024



O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

MUSEU DO PORTO COMEMORA 35 ANOS

Informações: Autoridade Portuária de Santos (27 de setembro de 2024)



Evento homenageou trabalhadores aposentados ou falecidos – Imagem: APS

O Museu do Porto de Santos, fechado pela Autoridade Portuária de Santos (APS), comemorou nesta quinta-feira, 26 de setembro, os seus 35 anos de instalação. A cerimônia foi realizada no pátio do Museu e contornou com homenagem aos antigos trabalhadores do Porto.

Em sua fala, o presidente da APS, Anderson Pomini, ressaltou a importância daqueles que fizeram a história do Porto: “A Autoridade Portuária tem obrigações de lembrar, sempre que possível, aqueles que fizeram com que o Porto de Santos chegue a este momento como um dos maiores portos do mundo”, disse ele, referindo-se aos ex-empregados.

Foram homenageados os ex-empregados Antônio Carlos da Mata Barreto (que foi idealizador do Museu), Eduardo Mateus Machado, José Augusto Gomes, José Pascon Rocha, Júlio Marcus Villela Blanco, Pedro Pinto e Silvio Taboada Ramos.

Inaugurado em 1º de setembro de 1989, o Museu do Porto de Santos ficou sem receber visitantes de 2020, devido à pandemia de covid-19, até julho do ano passado, quando foi reaberto. Conta com acervo de aproximadamente dois mil itens, que inclui documentos, fotografias, instrumentos náuticos e ferramentas.

Nesta comemoração de 35 anos, foi inaugurada a revitalização do embarque Igara, um pequeno navio doado à Autoridade Portuária há quase um século (1926) e que faz parte do acervo do Museu.

O museu abriga também inúmeras raridades que preservam e contam os detalhes da história do Porto de Santos. Funciona de segunda a sábado, das 9h às 17h. Localiza-se na Avenida Conselheiro Rodrigues Alves, s/nº, esquina com Rua Conselheiro João Alfredo, bairro Macuco, em Santos, próximo à estação Porto do VLT. Informações e agendamento de visitas pelo e-mail museudoporto@portodesantos.gov.br.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 27/09/2024

IMPACTOS DA REFORMA TRIBUTÁRIA NOS PORTOS FOI TEMA DE PALESTRA NA APS

Informações: Autoridade Portuária de Santos (27 de setembro de 2024)

Apresentação com a participação de colaboradores da companhia

Os impactos da reforma tributária na atividade portuária, no comércio exterior e na gestão dos portos públicos, foi objeto de palestra na tarde de quinta-feira (26/09), no auditório da Autoridade Portuária de Santos (APS) e contou com a presença dos colaboradores da companhia afetos à questão importante.

A palestra foi ministrada pelo cientista jurídico e membro do Grupo de Trabalho da Reforma Tributária, Menndel Macedo, especialista nos efeitos das mudanças que acontecerão no setor de infraestrutura.

“É importante nos prepararmos para as mudanças que virão, sobretudo o setor de infraestrutura, que é vital para o País”, disse Menndel, que foi recebido pelo presidente da APS, Anderson Pomini, e pelo superintendente jurídico da companhia, Marcelo Zovico. “É uma contribuição de um especialista para nos ajudar a entender um tema tão complexo e importante”, disse Pomini.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 27/09/2024

PAM DO PORTO DE SANTOS REALIZA SIMULADO DE ATENDIMENTO A ACIDENTE COM TREM

Informações: Santaportal (27 de setembro de 2024)

Milhares de caminhões, além de automóveis e motocicletas, cruzam todos os dias as linhas férreas do Porto de Santos. Para aumentar a preparação das equipes de atendimento a emergências, o Plano de Ajuda Mútua (PAM) do Porto de Santos, coordenado pela Autoridade Portuária de Santos (APS), promove nesta quarta-feira (25) um exercício simulado de atendimento a acidente rodoferroviário.

O treinamento aconteceu em frente ao Museu Pelé, no centro de Santos (local que também conta com grande número de turistas, o que aumenta a responsabilidade no atendimento a acidentes).

Para o presidente da APS, Anderson Pomini, a realização de exercício na área urbana é importante para fortalecer a relação Porto-Cidades: “O Porto de Santos realiza cerca de cinco exercícios simulados de atendimento a acidentes por mês, eventos treinados as mais diversas necessidades de atendimento a emergências. Quase todos estão dentro dos terminais ou nas áreas de cais. O treinamento na área da cidade visa também garantir a segurança de todos os que passam pela região portuária”, explica o presidente.

No cenário, um caminhão de combustível foi atingido por uma locomotiva, ao tentar cruzar a ferrovia. A proteção entre os veículos é seguida de explosão, incêndio e vazamento de óleo diesel. Ao mesmo tempo, um pedestre é atingido.

O exercício visa treinar atendimento a incêndio, contaminação de águas e seres humanos feridos. Para o atendimento, foram acionados o Corpo de Bombeiros, a Defesa Civil Municipal, e as equipes de emergência dos terminais da região e da APS.

O objetivo foi treinar a interação entre os órgãos participantes e preparar os integrantes das equipes de emergência para casos de ocorrência real.

Haverá interdição da via perimetral durante o período do simulado, com a Guarda Portuária orientando pontos de desvio.



O treinamento constante mantém as equipes preparadas para eventuais necessidades e aumentar a segurança da população, dos trabalhadores, do meio ambiente e das instalações.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 27/09/2024

GOVERNO FEDERAL SANCIONA LEI PARA MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO DE EMERGÊNCIA FITOSSANITÁRIA OU ZOOSSANITÁRIA

Informações: Ministério da Agricultura e Pecuária (27 de setembro de 2024)

A publicação consiste na autorização de custódia de deslocamento em operações de defesa agropecuária

O presidente da República em exercício, Geraldo Alckmin, sancionou a Lei nº 14.989 que autoriza o custeio de deslocamento de membros do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa) em operações da defesa agropecuária, em apoio ao atendimento de emergência fitossanitária ou zoossanitária. A publicação foi feita no Diário Oficial da União (DOU) nesta quinta-feira (26).

A medida autoriza o Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) diante de declarações de estado de emergência fitossanitária ou zoossanitária, efetuando o pagamento de diários e de passagens diretamente aos servidores e aos funcionários públicos dos órgãos e das entidades federais, estaduais, distritais e municipais membros do Suasa que atuam em operações de defesa agropecuária, como custear despesas utilizadas no deslocamento.

Para o enfrentamento de emergência fitossanitária ou zoossanitária, a Lei permite que as autoridades públicas do Suasa adotem medidas como, estudo ou investigação epidemiológica; Restrição excepcional e temporária de trânsito de produtos agropecuários e fômites por qualquer modal logístico no território nacional e internacional; determinação de medidas de contenção, de infecção, de desinfestação, de tratamento e de destruição aplicáveis a produtos, a equipamentos e a instalações agropecuárias e a veículos em trânsito nacional e internacional no País; e entre outros.

Com o objetivo de promover a saúde, por meio da Lei nº 8.171/1991, foi proposta a organização das ações de Defesa Agropecuária por meio de um Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária, articulado com o Sistema Único de Saúde (SUS), no que se refere à saúde pública. O Suasa abrange o Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal (SISBI-POV); Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI-POA); Sistema Brasileiro de Inspeção de Insumos Agrícolas (SISBI-AGRI); e Sistema Brasileiro de Inspeção de Insumos Pecuários (SISBI-PEC)

A publicação ainda apresenta que diante do estado de emergência, a União poderá doar materiais, equipamentos e insumos considerados indispensáveis para o enfrentamento a órgãos e entidades federais, estaduais, distritais e municipais mobilizados, independentemente do cumprimento, por parte dos beneficiários, dos requisitos legais de adimplência exigíveis para a celebração de ajuste com a administração pública federal.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 27/09/2024



JORNAL O GLOBO – RJ

ENTENDA COMO ESTÁ A SITUAÇÃO DA RODOVIA BR-040 APÓS NOVO TRECHO IR A LEILÃO

Trajetos entre Belo Horizonte e Cristalina, em Goiás, conhecida como Rota dos Cristais, será administrado pela concessionária Vinci Highways
Por Shirley Souza



Leilão da BR-040 — Foto: Divulgação

A BR-040 no trecho entre Belo Horizonte e Cristalina, em Goiás, conhecida como Rota dos Cristais, será administrada pela concessionária Vinci Highways. A empresa francesa venceu a licitação realizada nesta quinta-feira na B3, em São Paulo, ao apresentar o maior desconto no valor do pedágio: 14,32%. Outras três empresas participaram do leilão, mas ofereceram descontos menores: 4UM em consórcio com a gestora Oportunity (desconto de 9,09%), banco BTG (desconto de 7,5%) e CCR (desconto de 1,75%).

A concessionária vencedora terá que realizar investimentos de R\$12 bilhões em 594 quilômetros de extensão. Entre as obras previstas estão duplicação de 9,9 quilômetros da rodovia, 342 quilômetros de faixas adicionais, 43 passarelas de pedestres, 18 passagens de fauna e a construção de 61,6 quilômetros de vias marginais. A concessão tem validade de 30 anos.

Uma outra parte da BR 040 em Minas Gerais também foi leiloada este ano. Em abril, o trecho entre Belo Horizonte e Juiz de Fora passou a ser administrado pela EPR Via Mineira. A licitação da BR-040 foi necessária depois da desistência da Via 040 em administrar 936,8 quilômetros entre Juiz de Fora e Brasília. Ela estava em operação desde 2014. Em 2017, a Via 040 alegou dificuldades financeiras, com prejuízos superiores a R\$ 1 bilhão na rodovia, e informou que queria devolver a concessão. A Justiça determinou que a empresa fizesse a manutenção de todo o trecho até o novo leilão.

Rota dos Cristais



Uma das críticas de especialistas com relação ao antigo contrato foi o tamanho do trecho, quase mil quilômetros de rodovia para uma única empresa. Para a nova licitação, o governo federal dividiu a estrada. Desde agosto há uma nova empresa, a EPR Via Mineira, administrando a rodovia entre BH

e Juiz de Fora (em direção ao Rio de Janeiro) e agora a Vinci Highways será responsável pelo trecho BH-Cristalina (em direção a Brasília).

— Era um trecho extenso demais e com muita necessidade de investimento que exigiu capital muito elevado. Eu acho que essa divisão foi saudável para o mercado, mais alinhado com as possibilidades e capacidade de investimento das empresas. O resultado foi uma competição bastante interessante – avalia Silvestre de Andrade, mestre em transporte e especialista em transporte e trânsito, em referência às quatro empresas interessadas na concessão do trecho.

A BR-040 tem ao todo 1.116,8 quilômetros do Rio de Janeiro a Brasília passando por dezenas de cidades mineiras. Depois da reorganização dos projetos de licitações, o Ministério dos Transportes decidiu fatiar a estrada em quatro trechos: de Brasília a Cristalina (GO), de Cristalina (GO) a Belo Horizonte (MG), de Belo Horizonte (MG) a Juiz de Fora (MG) e de Juiz de Fora (MG) ao Rio de Janeiro (RJ).

Dois deles acabaram de ser leiloados, outros dois estão em processo de nova licitação. O trecho entre Juiz de Fora e Rio de Janeiro, de 180 quilômetros, é administrado desde 1996 pela Concer, controlada pela Triunfo. A Concessionária informou que opera em desequilíbrio contratual desde 2014 e que houve extensão do atual contrato de concessão por determinação da Justiça Federal. A Concer é responsável pela administração da rodovia até que seja feita uma nova licitação. Segundo o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), o projeto está em análise pelo Tribunal de Contas da União (TCU). O leilão do trecho está previsto para o 1º trimestre de 2025.

Por fim, há o trecho entre Cristalina e Brasília que é administrado provisoriamente pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) desde o fim da concessão da Via040. Atualmente, o projeto para nova concessão do trecho está em fase de estudos.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 27/09/2024

ANEEL ACIONA BANDEIRA VERMELHA 2 EM OUTUBRO E CONTA DE LUZ FICARÁ MAIS CARA

Atualmente, está em vigor a bandeira vermelha 1
Por O Globo - RJ



Linha de transmissão perto do Arco Metropolitano, no Rio — Foto: Domingos Peixoto/Agência O Globo

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) anunciou, nesta sexta-feira que a bandeira tarifária será vermelha, patamar 2, em outubro. Essa é a mais cara do sistema de bandeiras.

Na bandeira vermelha patamar 2 serão cobrados R\$ 7,877 para cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumidos.

Os fatores que acionaram a bandeira vermelha patamar 2 foram influenciados pelas previsões poucas chuvas nos reservatórios das hidrelétricas e pela elevação do preço do mercado de energia elétrica ao longo do mês de outubro.

Uma sequência de bandeiras verdes foi iniciada em abril de 2022 e interrompida em julho de 2024 com bandeira amarela, seguida de bandeira verde em agosto e a vermelha, patamar 1, em setembro.

Neste mês, já estava a conta de luz ficou mais cara. Inicialmente, a Aneel havia decidido pela bandeira vermelha nível 2. Mas voltou atrás, após revisão de dados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e estabeleceu a bandeira vermelha 1, com a cobrança de R\$ 4,463 para cada 100 quilowatt-hora consumidos.

O acionamento das bandeiras tarifárias ocorre toda vez em que a previsão de chuvas para determinado período fica abaixo da média, o que afeta diretamente a geração de energia hidrelétrica no país.

O custo mais elevado nas contas de luz é resultado do acionamento das termelétricas nos momentos de pico de consumo.

As regiões Sudeste e Centro-Oeste, que respondem por 70% da capacidade de armazenamento dos reservatórios do país enfrentam uma seca severa. Para evitar falta de energia ou racionamento, o governo federal adotou algumas medidas, como represamento da água dos reservatórios dessas regiões e do Norte.

O governo também cogita decretar a volta do horário de verão, medida recomendada pelo ONS para dar um fôlego ao sistema.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 27/09/2024

ENGIE É VENCEDORA DE PRINCIPAL LOTE DE LEILÃO DE ENERGIA DA ANEEL QUE PREVÊ R\$ 3,3 BI EM INVESTIMENTOS

Oferta representou desconto de 48,1% para principal bloco do leilão, que abrange linhas de transmissão e subestações em cinco estados; Cox Brasil e a Taesa venceram outros dois lotes

Por Juliana Causin — São Paulo



Linha de transmissão de energia: Engie é principal vencedora em leilão de energia da Aneel — Foto: Edilson Dantas - Agência O Globo

O grupo Engie foi o vencedor do principal bloco do leilão de energia realizado nesta sexta-feira pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). O lote 1, que contempla a construção de linhas de transmissão e subestações de energia em cinco estados, representa a maior parte dos R\$ 3,35 bilhões de investimentos

previstos com as concessões.

A oferta envolveu três lotes. A Cox Brasil e a Taesa foram vencedoras, respectivamente, dos projetos em São Paulo (Lote 3) e Bahia (Lote 4), que envolvem empreendimentos menores.

O leilão previa, inicialmente, a concessão também de um lote de 67 quilômetros de linhas de transmissão e subestações no Rio Grande do Sul. O governo, no entanto, decidiu retirar da operação o Lote 2 do leilão em razão das enchentes no estado.

O critério para definir as vencedoras do certame, que aconteceu na B3, a Bolsa de Valores de São Paulo, foi o do menor valor de Receita Anual Permitida (RAP). A medida é o valor máximo que as empresas vencedoras poderão receber por ano para prestação do serviço, que foi definido em R\$ 553 milhões.

O deságio médio dos três blocos foi de 48,89%, o que significa que as empresas aceitaram cobrar quase metade do valor máximo definido pelo governo. A Receita Anual Permitida (RAP), ao fim, foi de R\$ 282 milhões. Segundo a Aneel, o resultado irá refletir em uma economia de R\$ 6,8 bilhões para os consumidores.

Propostas de Eletronorte e BTG

Com a proposta vencedora para a principal parte do leilão, a francesa Engie ofereceu uma Receita Anual Permitida de R\$ 252,2 milhões, o que representou um deságio (desconto) de 48,1%. O Lote 1



abrange R\$ 2,9 bilhões em investimentos, e quase a totalidade das linhas de transmissão concedidas no leilão da Aneel.

A disputa teve propostas da Copel, da Eletronorte, do BTG (a partir do fundo FIP Warehouse) e de dois consórcios, da Cymi Construções com a espanhola Acciona, e da Alupar com o fundo Perfin. A segunda melhor oferta para o bloco completo foi apresentada pela Copel, com R\$ 328,5 milhões e deságio de 32,4%.

Para realizar a oferta, a Aneel dividiu o Lote 1 em dois sublotes. O primeiro contempla 363 quilômetros de infraestrutura em Santa Catarina, Paraná, Minas Gerais, Espírito Santo e São Paulo, com R\$ 1,7 bilhão em investimentos. O segundo, focado na construção de linhas de transmissão no Paraná e Santa Catarina, tem extensão de 417 quilômetros e prevê R\$ 1,2 bilhão em obras.

As empresas poderiam realizar uma oferta para o lote inteiro para cada sublote. O critério da Aneel para definir a vencedora foi de uma competição cruzada, que comparou a menor proposta recebida no Lote 1 completo, com a soma das menores ofertas dos sublotes.

Engie mira maior participação em transmissão de energia

O objetivo da concessão é reforçar o sistema elétrico do Paraná e de Santa Catarina, e atender as regiões do Triângulo Mineiro e do Alto Paranaíba, em Minas Gerais.

Segundo Eduardo Sattamini, presidente da Engie Brasil, a companhia tem o financiamento para os investimentos pré-estruturado, além de negociações avançadas com construtoras e fornecedores que irão atuar nos empreendimentos. O fato da empresa atuar na região contribuiu para que ela apresentasse uma proposta mais competitiva, afirmou o executivo.

— A gente tinha uma vantagem competitiva nesse lote específico pela nossa experiência, pela nossa engenharia e pela nossa presença na região. Já temos toda a estrutura de operação em Santa Catarina e Paraná, o que nos permite conhecer o ambiente de negócios — disse o executivo.

O investimento da empresa mira ampliação da participação da Engie no segmento de transmissão, segundo Sattamini. A empresa tem hoje 80% do faturamento com geração de energia.

Projetos em SP e na Bahia

Mais disputado do leilão, a Taesa venceu o Lote 3, em São Paulo, com uma oferta de Receita Anual Permitida (RAP máxima) de R\$ 17,76 milhões, o que representa um deságio de 53,45%. O grupo saiu vencedor após disputa no viva-voz, quando as empresa oferecem suas propostas em sequência, com a CPFL e a francesa EDF.

O objetivo da concessão é atender a região de Jaú, no interior paulista, com a construção de uma subestação e de dois quilômetros de linhas de transmissão. O investimento previsto é de R\$ 244,0 milhões. Eletronorte, Consórcio Engie, Alupar, o Consórcio Paraná, Zopone e o Consórcio Barra Bonita (Brasiluz e CBI) também apresentaram propostas.

No Lote 4, para Bahia, a proposta vencedora da Cox Brasil apresentou um deságio de 55,56%, com uma remuneração para o contrato de 12,6 milhões. O empreendimento recebeu ofertas também da Engie, Alupar, Eletronorte, Copel, Zopone, e de dois consórcios.

Na Bahia, a Cox Brasil terá que realizar investimentos de R\$ 168 milhões para subestações que vão atender à região de Barra, no Vale do São Francisco.

Três leilões até 2026

Ao todo, o leilão de energia abrange 783 quilômetros de linhas de transmissão e subestações em seis estados (Santa Catarina, Paraná, Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo e Bahia). Estão contemplados também 162,9 quilômetros em linhas que estão com prazo de concessão perto do vencimento. A capacidade de transformação é de 1.000 MVA, segundo a agência.

O prazo de concessão é de 30 anos, com período para o início das operações comerciais em até 60 meses. A expectativa é que os empreendimentos gerem 7 mil empregos.

Esse foi o segundo e último leilão de energia do ano realizado pela Aneel. Em março, Eletrobras e BTG foram os principais vencedores de certame que envolveu R\$ 18,2 bilhões em investimentos. Para os próximos dois anos, o Ministério de Minas e Energia (MME) prevê a realização de mais três leilões de linhas de transmissão de energia.

— Esse era um leilão de menor porte em relação aos anteriores, mas nem por isso deixou de atrair os principais investidores — avalia Aline Klein, sócia de infraestrutura e regulatório do escritório Vernalha Pereira, que chama atenção para a competitividade elevada na disputa. — Houve uma redução na quantidade de leilões e de lotes disponíveis, o que justifica o aumento da concorrência — acrescenta.

A advogada especialista em infraestrutura e energia do escritório Machado Meyer, Ana Karina de Souza, destaca que, apesar das margens reduzidas de ganhos nas operações de transmissão de energia, a área se sobressai pela estabilidade, além das regras e regimes jurídicos bem definidos.

— Diferente das áreas de geração ou comercialização, em que há os riscos do comportamento do mercado, com variação de preço e demanda de energia, há maior previsibilidade na transmissão. Existe uma receita fixa garantida no contrato de concessão, com o funcionamento de uma infraestrutura que a própria empresa construiu.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 27/09/2024

PETROBRAS NEGOCIA EXPLORAÇÃO EM BLOCOS DE PETRÓLEO NA ÁFRICA COM EXXON, SHELL E GALP

Estatual avalia 10 oportunidades de parceria em países como Namíbia, África do Sul e Angola, segundo a diretora-executiva de Exploração e Produção, Sylvia dos Anjos

Por Bloomberg — Rio de Janeiro

A Petrobras está em negociações para comprar participações em blocos de exploração africanos de empresas como Exxon, Shell, TotalEnergies e Equinor. As discussões são sobre blocos em países como Namíbia, África do Sul e Angola, disse em entrevista a diretora-executiva de Exploração e Produção da estatal, Sylvia dos Anjos.

A Petrobras avalia um total de 10 oportunidades de parceria com grandes petrolíferas na África para capitalizar com sua experiência no desenvolvimento de poços em águas profundas, disse Sylvia.

O campo Mopane da Galp Energia, na Namíbia, é uma das opções em que a Petrobras está buscando comprar uma participação de 40% para se tornar a operadora da promissora descoberta offshore.

A maior produtora de petróleo da América Latina adquiriu recentemente participações minoritárias em três blocos da Shell em São Tomé e Príncipe, duas ilhas vulcânicas na costa da África central que mostraram similaridades geológicas com a Guiana.

Procuradas pela reportagem, Galp, Exxon, Shell e Equinor não quiseram comentar. A TotalEnergies não respondeu imediatamente a pedidos de comentário.

O interesse na África é parte de uma mudança mais ampla na Petrobras, que estava se concentrando exclusivamente em campos de águas profundas no Brasil, na chamada região do pré-sal. A maioria das descobertas comerciais foram feitas no início deste século e a exploração recente não tem dado muito resultado, o que leva a Petrobras a se voltar para outras bacias no Brasil e no exterior. Além da África, a companhia também está de olho na região de petróleo e gás de xisto de Vaca Muerta, na Argentina, informou a diretora.



Geologia semelhante

O Brasil tem áreas que são geologicamente semelhantes à Namíbia, onde há otimismo de que o país possa virar outra Guiana, onde uma descoberta gigante de petróleo transformou a economia da nação pouco povoada.

A África estava conectada à América do Sul antes que os dois continentes começassem a se separar há 100 milhões de anos e a geologia do outro lado do Atlântico é uma escolha natural para Petrobras

O CEO da Shell, Wael Sawan, se reuniu com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva em Nova York esta semana, um sinal de maior cooperação. Enquanto isso, o CEO da TotalEnergies, Patrick Pouyanne, disse em conferência no Rio de Janeiro que está aberto a parcerias com Petrobras no exterior.

— Ele bateu na nossa porta — afirmou Sylvia dos Anjos.

Vaca Muerta

Sylvia confirmou que a Petrobras está buscando acordos em Vaca Muerta, como parte de um plano para aumentar o fornecimento de gás natural, e manteve conversas com Tecpetrol e YPF, que querem dividir os custos de desenvolvimento com um parceiro, disse ela.

A Petrobras quer aumentar as importações de gás natural através da Bolívia para abastecer a indústria local, usinas e dar início à produção de fertilizantes:

— Avaliaremos a viabilidade e os riscos. Faz parte do negócio garantirmos nosso próprio gás.

A YPF não quis comentar. A Tecpetrol não respondeu imediatamente a um pedido de comentário.

Os fundos para financiar quaisquer acordos viriam dos US\$ 11 bilhões que a empresa reservou para aquisições em seu plano de investimentos de US\$ 102 bilhões em cinco anos.

A diretora de exploração e produção da Petrobras descartou retornar à Venezuela. A estatal enviou uma delegação para visitar campos de petróleo no país a pedido do presidente Nicolás Maduro, mas, segundo Sylvia, as áreas oferecidas apresentam muitos problemas ambientais.

— Não se trata só de política. O Lago Maracaibo é de chorar de tanto óleo dentro. A Petrobras não pode se expor em um ambiente assim — ressaltou.

Sylvia dos Anjos acrescentou que uma das principais prioridades da Petrobras é obter licenças para explorar a bacia da Foz do Amazonas, na chamada Margem Equatorial, onde a indústria tem expectativas de descobertas semelhantes às que a Exxon fez na Guiana.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 27/09/2024

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

BRASIL ABRE 205 NOVOS MERCADOS PARA O AGRONEGÓCIO E QUER CHEGAR A 300 ATÉ DEZEMBRO; VEJA QUAIS SÃO

Atualmente, há aproximadamente 2 mil processos em andamento para novas possibilidades de exportação ou ampliação para os produtos agropecuários

Por Isadora Duarte (Broadcast)

BRASÍLIA - O Brasil espera encerrar o ano com cerca de 300 novos mercados abertos para os produtos agropecuários nacionais. O novo objetivo vem depois de o País ter atingido nesta semana o número de 205 mercados abertos em 60 destinos desde o início do ano passado (ver tabela abaixo). “Superamos todas as expectativas e podemos avançar ainda mais nestes últimos três meses”, avalia o ministro substituto e secretário de Comércio e Relações Internacionais do Ministério da Agricultura, Roberto Perosa.

Atualmente, há aproximadamente 2 mil processos em andamento para novas possibilidades de exportação ou ampliação para os produtos da agropecuária. Entre os pleitos, o Brasil negocia abertura dos mercados japonês e sul-coreano para carnes brasileiras e do mercado norte-americano para entrada de maior volume de açúcar e carne bovina do Brasil. Com a China, principal destino dos produtos do agro brasileiro, com um terço dos embarques do País, há mais de 18 itens na pauta.

Abrir novos mercados para produtos agrícolas é fundamental para a economia brasileira, dada a importância do setor para a balança comercial. No ano passado, as exportações brasileiras do agronegócio atingiram o número recorde de US\$ 166,55 bilhões, um crescimento de 4,8% em relação ao ano anterior, de acordo com dados do Ministério da Agricultura. Com isso, o agronegócio foi responsável por 49% da pauta exportadora total brasileira em 2023. No ano anterior, essa participação foi de 47,5%.

O ritmo de abertura de novos mercados é considerado robusto pelo mercado. Só como efeito de comparação, entre 2019 e 2022 foram 239 acordos, uma média de pouco menos de 60 por ano. Cada mercado aberto significa a possibilidade de exportar um novo produto por país, para o qual o acesso até então não era permitido - seja por barreiras comerciais ou sanitárias.

Para o setor privado, entre os destaques no período estão as autorizações para venda de carne bovina para o México, após 20 anos de negociações, da exportação do algodão brasileiro para o Egito e de carne de frango kosher para Israel - sendo o único país liberado a comercializar frango dentro dos preceitos religiosos judaicos.

Para o setor de proteína animal, que teve 60 novos mercados abertos no período, as ampliações das possibilidades de exportação contribuíram para reduzir o impacto de eventuais reduções de demanda em determinados mercados. “Há, também, um enorme avanço em relação à ampliação de vendas para mercados já abertos, como novas autorizações de frigoríficos para exportar e a adoção de sistemas facilitados de habilitação (pré-listing). É o caso das vendas para mercados como Filipinas, Chile e Cingapura”, diz o presidente da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), Ricardo Santin. A indústria projeta exportações recordes neste ano de carne de frango e suína, que, juntas, devem somar 6,575 milhões de toneladas.

Negociações bilaterais



O processo de aberturas de mercado para o agro nacional foi intensificado com inúmeras missões internacionais feitas pelo ministro Carlos Fávaro e equipe da pasta a fim de concluir protocolos sanitários entre o Brasil e os países interessados em receber os produtos nacionais. “Nos últimos 20 meses, alcançamos, em média, uma nova oportunidade de comercialização a cada três dias”, destacou Fávaro.

Segundo Roberto Perosa, perspectivas de abertura de mercados só tendem a crescer Foto: Divulgação/Mapa

Para Perosa, também tem ajudado nesse ritmo mais forte o fato de o Brasil estar na presidência do G-20 este ano e estar se preparando para, em 2025, assumir a presidência do Brics e receber a COP-30. “Isso gera oportunidades de contato com as lideranças mundiais aqui no nosso País. E, com isso, as negociações bilaterais avançam muito, porque os ministros de outros países vêm ao Brasil com os pedidos para as suas pastas e com aval sobre eventuais acordos”, diz.

Segundo ele, por isso também as perspectivas de abertura de mercados só tendem a crescer. “Em novembro, teremos a visita importante do presidente chinês, Xi Jinping. O Brasil negocia com a China a abertura para alguns produtos, como uvas frescas, gergelim, sorgo, DDGs (grãos secos de destilaria, subproduto do etanol de milho), que estão muito avançados, além de subprodutos de carne bovina, de carne suína e de aves”, diz. “São alguns dos produtos que estão na mesa de negociação e que representam novas oportunidades ao agronegócio brasileiro.” A expectativa é que essas negociações sejam concluídas com o encontro bilateral dos presidentes brasileiros e chinês.

Outras negociações importantes têm sido feitas com os Estados Unidos. “Há muitos temas em discussão bilateral. Estamos negociando a questão da importação do etanol dos Estados Unidos, a ampliação da cota de carne bovina (hoje de 65 mil toneladas ao ano) e de açúcar do Brasil (volumes estipulados por ano) que podem ser exportados e também aberturas para frutas brasileiras (como limão taiti)”, diz Perosa. “Buscamos um equilíbrio nas posições de mercado, tanto dos Estados Unidos quanto do Brasil, para que não haja prejuízo à classe produtiva.”

No caso específico do etanol, há um temor do setor sucroenergético de que uma redução da tarifa de importação do produto americano - hoje em 18% - possa prejudicar a produção nacional. “Estamos avaliando isso, porque há um grande impacto na produção brasileira. Então, precisamos avaliar os impactos e fazermos uma grande negociação em bloco, atraindo os interesses do Brasil e dos Estados Unidos para termos uma decisão equilibrada sobre o assunto”, diz Perosa. “Somos grandes produtores de etanol de cana-de-açúcar e os Estados Unidos de etanol de milho. Hoje, não temos acesso pleno do açúcar brasileiro ao mercado americano. Precisamos desse acesso para estudarmos, de fato, a viabilização do acesso do etanol americano ao Brasil. Acho que é uma questão de correspondência entre mercados.” A articulação envolve a possibilidade de os Estados Unidos adotarem, como contrapartida, uma mistura obrigatória de etanol na gasolina, que hoje, no Brasil, é de até 27,5%.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 27/09/2024

CEO DA PETZ: RESPEITO QUEM ACHA QUE DISTRIBUIR RENDA É COISA DE COMUNISTA; ACHO QUE É DE EMPRESÁRIO

Para Sergio Zimerman, é possível encampar valores pessoais e da companhia quando se fala de políticas públicas; segundo ele, porém, é importante deixar política partidária de lado

Por Talita Nascimento (Broadcast)

Para o CEO da Petz, Sergio Zimerman, desagradar investidores faz parte das implicações de ser uma empresa de capital aberto. Ele participou nesta sexta-feira, 27, de um seminário organizado pelo Lide, em São Paulo, no qual reconheceu que a companhia terá pela frente desafios de manter seus padrões de governança corporativa no processo de junção com a Cobasi.

“Não agradamos a todos os investidores, nem deveríamos. Há investidores focados no próximo trimestre, no curto prazo. Quando se prioriza isso, pode-se prejudicar o longo prazo. É uma escolha”, disse.



Para ele, é possível encampar seus valores pessoais e da companhia quando se fala de políticas públicas. “Quando eu falo que o Brasil deveria ter uma melhor distribuição de renda, respeito quem acha que isso é coisa de comunista, mas eu acho que isso é coisa de empresário”, disse. Para ele, porém, o importante é deixar a política partidária de lado, já que em empresas de varejo, o público terá simpatizantes de todos os espectros políticos.

CEO da Petz diz que empresa tem tomado cuidados para manter padrões de governança Foto: Divulgação/Petz

Em relação à manutenção dos padrões de governança, ele disse que a Petz tem tomado cuidados. “Teremos novos desafios, já que somos uma empresa aberta em uma fusão com uma empresa fechada.”

Na história da empresa, os processos de governança corporativa foram estabelecidos a partir da chegada do fundo de investimentos Warburg Pincus, que deixou a companhia em 2020, após a abertura de capital da varejista. “Quando buscamos um fundo, buscamos profissionalização, governança corporativa e musculatura financeira”, disse Zimmerman.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 27/09/2024

PETROBRAS RESISTE A BAIXAR PREÇO DO COMBUSTÍVEL MESMO COM PETRÓLEO DESVALORIZADO; ENTENDA

Desde o fim de agosto, o barril se manteve na faixa em torno de US\$ 70, abaixo dos anos anteriores; ainda assim, até o diesel da empresa está mais caro do que o internacional; saiba por quê

Por Denise Luna (Broadcast) e Gabriel Vasconcelos (Broadcast)

RIO - Mesmo diante das tensões do Oriente Médio, onde estão seis dos 15 maiores produtores de petróleo do mundo, há uma trajetória de queda na cotação com o barril de Brent rondando os US\$ 70. Ainda que tenha fechado a sessão desta sexta-feira, 27, com alta de 0,53% para US\$ 71,98, caiu 3,49% na semana, seguindo a tendência das anteriores. O nível em torno de US\$ 70 foi o mais frequente em setembro, mas antes, desde 2021, a cotação tinha se mantido acima dessa marca. Ainda que o dólar esteja alto (fechou a sexta a R\$ 5,4361, recuo de 0,16%), esse patamar mais baixo do petróleo, desvalorizado, leva o mercado do setor a questionar por que a estatal brasileira ainda não reduziu os preços dos combustíveis. Operadores do setor esperam uma redução de preços para qualquer momento.

Embora tenha negado rumores de barateamento da gasolina e do diesel no fim da semana passado, a Petrobras, conforme especialistas ouvidos pelo Estadão/Broadcast, segue com “espaço técnico” para baixar os preços que cobra em suas refinarias. Os preços da Petrobras têm flutuado acima da referência de importação do Golfo do México (EUA), calculada por agentes e consultorias, desde o fim de agosto (gasolina) e início de setembro (diesel).

Um complicador para a Petrobras é que, com a desvalorização, cai também a receita da empresa com a exportação da commodity. Para compensar perdas, a companhia tem mantido os preços dos combustíveis acima da paridade de importação (PPI), disseram ao Estadão/Broadcast profissionais da estatal com acesso à política de preços.

As contas que a Petrobras faz

De fato, no segundo trimestre deste ano, a Petrobras teve uma receita de R\$ 26,8 bilhões com exportação de petróleo, o equivalente a 22% de sua receita total no período de abril a junho, percentual relevante.

Já com derivados, a receita do segundo trimestre foi de R\$ 71,8 bilhões, sendo R\$ 52,4 bilhões somente com diesel e gasolina. Esses dois produtos responderam por 42,8% da receita do período.



Diante disso, uma baixa nas duas fontes — exportação de petróleo e venda de combustíveis — poderia levar à piora significativa do resultado do terceiro trimestre, o que se pretenderia evitar, principalmente levando em conta que o câmbio se encontra em nível alto.

A Petrobras teme comprometer os resultados do terceiro trimestre com uma eventual redução dos combustíveis Foto: Luciano Claudino

A tese de barateamento iminente é reforçada pelo contexto de

maior pressão inflacionária ligada ao encarecimento da energia elétrica, em bandeira vermelha. O governo, acionista majoritário da estatal, poderia pressionar pela redução na gasolina, a fim de frear a inflação.

Na manhã desta sexta-feira, 27, a presidente da Petrobras, Magda Chambriard, se reuniu com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ao Estadão/Broadcast, a estatal se limitou a dizer que foi uma “reunião de rotina, para manter o acionista majoritário a par do andamento dos projetos da empresa”.

Sendo a gasolina um dos itens de maior peso na cesta de preços ao consumidor amplo (5,24% no IPCA de agosto), uma redução no preço pela Petrobras agora poderia compensar a pressão inflacionária vinda do encarecimento da energia elétrica, motivada pela seca e pelo acionamento em setembro da bandeira vermelha, que pode perdurar até 2025.

Na quinta-feira, 26, questionada por jornalistas sobre o preço dos combustíveis, Magda disse que sempre que entender ser possível reduzir preços e competir para ganhar mercado, a Petrobras fará isso. Ela disse que a Petrobras tem “empatia” pela sociedade. Embora não divirja de posições anteriores, alguns agentes de mercado interpretaram a fala como uma anuência a uma futura redução dos preços.

Gasolina com 6% de sobrepreço

O preço da gasolina da Petrobras vem flutuando acima do preço de paridade de importação calculado pela Associação Brasileira de Importação e Combustíveis (Abicom) desde o fim de agosto e, com mais firmeza desde o dia 2 de setembro. Em relatório divulgado nesta sexta-feira, 27, a Abicom afirma que na véspera havia um sobrepreço médio de 6%, ou R\$ 0,18 por litro, na gasolina da estatal com relação ao preço internacional.

No caso do diesel, o mesmo vem acontecendo seguidamente há 17 dias, desde o dia 5 de setembro. Na quinta, 26, segundo a Abicom, esse sobrepreço no diesel também teria sido de 6%, o que representaria R\$ 0,20 de diferença ante o preço do produto importado.

‘Diesel Petrobras acima do PPI do Golfo’

Thiago Vetter, especialista em gerenciamento de risco da StoneX, afirma que há espaço para a redução dos preços da gasolina e do diesel, considerando tanto o PPI do Golfo quanto o que chama de “PPI Mínimo”, medida que abarca o preço do diesel russo importado. O indicador é relevante porque, segundo dados do governo federal (MDIC), a Rússia responde por 72,5% das importações brasileiras de diesel até o fim de agosto.

Mas, apesar do espaço para reduções, Vetter observa que o mesmo já aconteceu em outros momentos do ano sem que a Petrobras modificasse seus preços, o que poderia se repetir. Ele cita o período de abril a junho, quando o diesel Petrobras esteve acima desse PPI mínimo e não houve reduções.

“A novidade de momento é que o preço do diesel Petrobras está acima do PPI do Golfo, que não é o mais competitivo do mercado. Isso não acontecia desde janeiro”, diz. Na semana passada, o sobrepreço em relação ao diesel russo chegava a R\$ 0,35 por litro, na casa dos 10%, e ante o diesel do Golfo a R\$ 0,19, ou 5,5%.

Já no caso da gasolina, que ainda tem como referência mais correta o Golfo, os preços Petrobras estavam R\$ 0,09 ou 3% acima do PPI. “Embora menos do que no diesel, essa arbitragem está aberta. O preço da gasolina Petrobras está acima da gasolina mais cara a ser importada”, diz.

‘É temerário: mercado está volátil’

O presidente da Abicom avaliou ao Estadão/Broadcast que a Petrobras ainda não deve baixar os preços dos combustíveis por agora para recompor caixa e, também, em função da alta volatilidade de momento no mercado de derivados.

“Durante muito tempo a Petrobras trabalhou com preços bem abaixo da paridade e importação medida pela Abicom, sacrificando caixa, o que afetou o último resultado. Agora não deve reduzir preços porque está precisando dessa folga para melhorar parte do resultado, recompor caixa. Além disso, o mercado está muito volátil, com alguns fundamentos altistas”, diz Araújo.

Ele representa importadores e combustíveis, concorrentes da Petrobras e a quem não interessa qualquer redução de preço da estatal capaz de retirar-lhes oportunidade de mercado.

Segundo Araújo, o mercado de petróleo e derivados segue volátil em função da crise na Líbia, que tem restringido o escoamento e petróleo, além conflitos no oriente médio e na Ucrânia e uma temporada de furacões mais intensa no Golfo do México, onde é produzida parcela relevante dos combustíveis do mundo.

“Tudo isso leva a uma expectativa de aumento dos preços, e não acredito que a Petrobras faça algum movimento nesse momento. Deve aguardar um pouco mais”, diz Araújo.

Questionado sobre o contexto político, em que a redução de preços pela Petrobras poderia ajudar o governo a conter a inflação em momento de encarecimento da energia elétrica, Araújo disse que isso seria uma “intervenção direta do governo” ao arripio da lógica de mercado.

“Praticar preço artificialmente baixo pode agradar por ajudar no combate inflacionário, mas tecnicamente não é o ideal. É preciso aguardar um pouco mais a estabilização do mercado”, afirma.

“Hoje há quem preveja Brent abaixo de US\$ 70 e outros falando em retorno ao patamar de US\$ 80. Uma redução de preço agora pode levar à necessidade de ajuste para cima em poucos dias. Seria temerário”, concluiu o presidente da Abicom.

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 27/09/2024*

CAMPOS NETO DIZ QUE INFLAÇÃO NO PAÍS TEM MOSTRADO ‘ALGUMA MELHORA’, MAS COM COMPONENTES DE INCERTEZA

Presidente do Banco Central voltou a afirmar que não existe ‘harmonia monetária sem ter harmonia fiscal’; ele também defendeu um ajuste mais sério e mais rápido da dívida pública

Por Cícero Cotrim (Broadcast) e Eduardo Laguna (Broadcast)

BRASÍLIA E SÃO PAULO - O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, disse nesta sexta-feira, 27, que, apesar de a inflação no Brasil ter mostrado “alguma melhora”, ainda há incerteza sobre seus componentes.

Em encontro da gestora 1618 Investimentos, ele afirmou que, infelizmente, Brasil e Rússia são países onde se espera aumento de juros, na contramão do resto do mundo.

Ao mesmo tempo, Campos Neto destacou as vantagens do Brasil na transição energética, dado que o País tem energia barata e renovável em larga escala. Ponderou, contudo, que espera implementação de uma agenda de abertura comercial.



Ele voltou a repetir que todos os ciclos de queda sustentada dos juros no Brasil foram acompanhados por “choques positivos” na seara fiscal. Eventos como a aprovação do teto dos gastos e do arcabouço fiscal, disse, abriram espaço para trabalhar com uma taxa Selic menor.

Campos Neto disse esperar que os próximos chefes da autarquia entendam que a autonomia operacional é ‘fundamental’ para a condução da política monetária Foto: Wilton Junior/Estadão

“Em todos os momentos na história recente brasileira, você ser capaz de cair os juros e conviver com os juros mais baixos, está associado a um choque positivo no fiscal. Não existe harmonia monetária sem ter harmonia fiscal”, afirmou. “Achar que vai fazer monetário apertado e fiscal um pouco mais frouxo gera ineficiência”, completou.

O presidente do BC defendeu um ajuste mais sério e mais rápido da dívida pública. “Se você tem uma dívida muito grande, mas a taxa de juros é zero, que foi o caso do Japão durante muitos anos, não é um grande problema. Agora, se você tem uma dívida crescente, mas a sua taxa de juros neutra, entre 4% e 5%, como é o caso do Brasil, então a sua dívida sobe em uma velocidade muito maior, o que faz com que quando a gente faça uma projeção para frente, você precisa de um ajuste mais sério, mais rápido”, declarou.

Autonomia financeira do BC

Campos Neto também voltou a defender a autonomia financeira e administrativa da instituição. “É importante avançarmos na autonomia financeira e administrativa”, disse. Uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) sobre esse tema está sendo debatida na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado.

Segundo o banqueiro central, um governo pode asfixiar a autonomia operacional do BC pelos canais financeiro e administrativo. Em um balanço de seu mandato à frente do BC, que termina em 31 de dezembro, Campos Neto disse ter lutado muito pela independência da autarquia. Agora, espera que o próximo presidente pense no que pode ser melhorado.

Ele afirmou esperar que os próximos chefes da autarquia entendam que a autonomia operacional é “fundamental” para a condução da política monetária. “O ciclo de política monetária é muito diferente do ciclo político, às vezes, e acaba tendo momentos em que você tem de aguentar uma pressão por estar fazendo um ciclo que nem sempre é o mais interessante para o ciclo político”, disse.

Na avaliação dele, a aprovação da autonomia operacional do BC foi importante e seus méritos são reconhecidos pelo Congresso Nacional, que deve manter e aperfeiçoar essa independência.

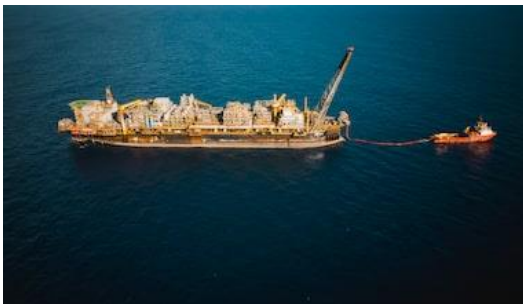
Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 27/09/2024

PRIO ANUNCIA ACORDO DE US\$ 1,9 BI PARA A COMPRA DE CAMPOS DE PETRÓLEO NO RIO DE JANEIRO

Petroleira fechou acordo com a Sinochem, que tem 40% de participação nos campos de Peregrino e Pitangola, localizados na Bacia de Campos

Por Beatriz Capirazi (Broadcast)

A petroleira Prio informou nesta sexta-feira, 27, que firmou um contrato de US\$ 1,915 bilhão com a SPEP Energy Hong Kong Limited e a Sinochem International Oil para adquirir a Sinochem Petroleum Netherlands Coöperatief, que possui 40% nos campos de Peregrino e Pitangola, localizados na Bacia de Campos, no Rio de Janeiro.



Em comunicado enviado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a empresa detalha que US\$ 191,5 milhões serão pagos na assinatura e US\$ 1,723 bilhão no fechamento, além de ajustes de capital de giro e de preço, esperando-se que o preço líquido dos ajustes deverá permanecer entre US\$ 1,665 bilhão e US\$ 1,715 bilhão. A empresa e suas subsidiárias tinham US\$ 632 milhões em prejuízos fiscais em 31 de dezembro de 2023.

Segundo a Prio, após a aquisição, sua produção aumentará em cerca de 35 mil barris por dia Foto: Prio/Divulgação



A Prio informa que o pagamento será feito com recursos próprios, mantendo a alavancagem em até 1,2 vezes dívida líquida/Ebitda.

Com a transação, a Equinor, com 60%, e a Prio, com 40%, formam o novo consórcio do campo Peregrino. A finalização depende de aprovações regulatórias, como a do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), e do não-exercício ou expiração do direito de preferência da Equinor em 30 dias.

Segundo relatório da DeGolyer e MacNaughton, a pedido da Prio e baseado em um preço de US\$ 62 por barril, estima-se que o Campo de Peregrino tenha 338 milhões de barris de reservas e recursos economicamente recuperáveis a partir de 1º de janeiro de 2024, dos quais 135 milhões são atribuíveis à Prio, com produção prevista até depois de 2037.

Segundo a Prio, após a aquisição, sua produção aumentará em cerca de 35 mil barris por dia e permitirá sinergias na comercialização do óleo, já que cada offtake de Peregrino é de aproximadamente 650 mil barris, podendo ser combinado com cargas de outros campos para otimizar a logística.

O campo de Peregrino, descoberto em 1994 e com produção iniciada em 2011, localiza-se a 85 quilômetros da costa na Bacia de Campos. A produção é feita através do FPSO Peregrino, com capacidade de processamento de óleo de 110 kbb/d e 300 kbb/d de água. Além disso, o campo tem três plataformas fixas (Peregrino A, B e C) onde são ligados e completados os poços, e que contam com sondas que fazem perfurações e intervenções nos poços. A infraestrutura do campo é operada pela Equinor e detida pelo consórcio.

O campo está em sua segunda fase de desenvolvimento, que incluiu a instalação da plataforma fixa Peregrino C e a perfuração de novos poços conectados às plataformas A e C. Atualmente, conta com uma produção de aproximadamente 88 kbb/d, através de seus 26 poços produtores e 6 poços injetores.

A Prio foi assessorada pelo Bank of America, e pelos escritórios de advocacia Tauil & Chequer Advogados associado a Mayer Brown no Brasil e Mayer Brown International LLP no Reino Unido.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 27/09/2024

CNA ESTIMA PREJUÍZO DE R\$ 14,7 BI À AGROPECUÁRIA POR INCÊNDIOS ENTRE JUNHO E AGOSTO

São Paulo teria sido o Estado mais prejudicado, seguido por Mato Grosso, Pará e Mato Grosso do Sul

Por Isadora Duarte (Broadcast)

BRASÍLIA - Os incêndios ocorridos de junho a agosto deste ano geraram prejuízos de R\$ 14,7 bilhões à agropecuária brasileira, estima a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). O cálculo considera perdas à produção de bovinos de corte, cana-de-açúcar e qualidade do solo. De acordo com levantamento feito pela entidade, 2,8 milhões de hectares de propriedades rurais no Brasil foram atingidos pelos incêndios. O levantamento foi divulgado na quinta-feira, 26.

São Paulo (R\$ 2,8 bilhões), Mato Grosso (R\$ 2,3 bilhões), Pará (R\$ 2 bilhões) e Mato Grosso do Sul (R\$ 1,4 bilhão) foram os Estados com maiores prejuízos nessas cadeias. Os maiores impactos econômicos foram em pecuária e pastagem (R\$ 8,1 bilhões), cercas (R\$ 2,8 bilhões), perdas com a produção de cana-de-açúcar (R\$ 2,7 bilhões), e outras culturas temporárias e permanentes (R\$ 1,068 bilhão), estima a CNA.

A estimativa não considera os impactos com os incêndios ocorridos neste mês, portanto, o prejuízo econômico pode ser ainda maior. "A abordagem foi conservadora e considerou as áreas com maior impacto. Com a continuidade de incêndios em setembro e volta de focos em São Paulo e em Mato

Grosso, a área afetada pode ser maior e revisaremos os números”, explicou o diretor técnico-adjunto da CNA, Maciel Silva, ao Estadão/Broadcast. “Os números mostram que os produtores rurais, assim como toda a sociedade e o meio ambiente, são vítimas dos incêndios, de origem criminosa”, acrescentou.



Prejuízo em São Paulo com as queimadas entre junho e agosto chegou a R\$ 2,8 bilhões, conforme o cálculo da CNA Foto: CBM-SP

De acordo com a CNA, as áreas afetadas foram levantadas com base em imagens de satélite, em levantamentos do MapBiomas e dados do Instituto Nacional de Pesquisa Espaciais (Inpe). Já as perdas financeiras das áreas incendiadas foram calculadas com base no custo de reposição da matéria orgânica em toda a área agropecuária queimada, perdas ocasionadas na produção de cana-de-açúcar que ainda não tinha sido colhida, perdas de produtividade do rebanho em razão da limitação de pasto, perdas de cercas em áreas de pastagem e perda de fósforo e potássio nas camadas superficiais dos solos.

O impacto econômico, calculado pela CNA, considerou as perdas nas culturas plantadas e na qualidade do solo. Entretanto, o prejuízo tende a subir quando considerado eventuais impactos na produção da próxima safra, caso das lavouras de cana-de-açúcar e da produção bovina. “Poderá haver impactos na produção das lavouras seguintes e para pecuária de perdas de produtividade e de ganho de peso por danos nas pastagens”, observou Silva.

Na avaliação da CNA, será necessária uma série de medidas de apoio aos produtores rurais para recuperação das áreas e da atividade agropecuária nas áreas incendiadas. “O financiamento é uma delas, dado que os produtores vão demandar recursos para recuperação, além de mecanismos de realavancagem em virtude das perdas monetárias”, observou o diretor técnico adjunto da CNA.

A liberação de recursos do Programa de Financiamento a Sistemas de Produção Agropecuária Sustentáveis (RenovAgro) do Plano Safra 2024/25, linha com aproximadamente R\$ 6,5 bilhões disponíveis, para financiamento de recuperação de áreas atingidas por incêndios florestais é alguém do necessário para recuperação das propriedades rurais, na opinião da CNA.

O esforço governamental para análise e validação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) também é citado pela CNA como medida que agilizará a responsabilização pelos incêndios criminosos.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 27/09/2024



VALOR ECONÔMICO (SP)

LEILÃO DE 3 LOTES DE LINHAS DE TRANSMISSÃO DEVE CONTRATAR R\$ 3,35 BI DE INVESTIMENTO

Os três lotes compreendem 783 km de linhas e subestações que cruzam seis Estados: Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná, São Paulo e Santa Catarina
Por Robson Rodrigues, Taís Hirata e Luiz Fernando Figliagi, Valor — São Paulo

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) realiza o leilão de três lotes de linhas de transmissão nesta sexta-feira (27), na sede da B3, em São Paulo. Ao todo, estão previstos investimentos de R\$ 3,35 bilhões, em 783 km de linhas e subestações, que cruzam seis Estados: Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná, São Paulo e Santa Catarina.



Linha de transmissão de energia — Foto: Miguel Á. Padriñán/Pexels

Na concorrência, vencerão os grupos que oferecerem o maior desconto sobre a Receita Anual Permitida (RAP máxima) anual, que é, basicamente, a remuneração que as concessionárias receberão pelos contratos.

Na soma dos três lotes, o valor máximo de RAP previsto é de R\$ 553 milhões. A expectativa é de concorrência forte na licitação.

Primeiro lote

O Lote 1 é o principal do leilão. Ele inclui um empreendimento existente cuja concessão está chegando ao fim: a Interligação Elétrica Evrecy, com linhas de 163 km, entre Minas Gerais e Espírito Santo. O ativo era da EDP e foi vendido à Isa Cteep.

Este primeiro lote terá um formato diferente de licitação, pois foi dividido em dois sublotes: o sublote 1A (que inclui 363 km de linhas em Santa Catarina, Paraná, Minas, São Paulo e Espírito Santos e investimento previsto de R\$ 1,7 bilhões); e o lote 1B (com 417 km de linhas e obras estimadas em R\$ 1,2 bilhão).

Os proponentes podem entregar proposta para apenas um dos sublotes ou para todo o Lote 1. O sublote 1B só será licitado caso haja propostas válidas para o sublote 1A. Caso haja ofertas para os dois casos — para o Lote 1 e também para todos os dois sublotes — será feita uma comparação entre os dois cenários para definir se a concessão será feita em lote único ou em dois sublotes. Vence o cenário que garantir o maior desconto sobre o valor da RAP.

Outros dois lotes

Os outros dois lotes da licitação são consideravelmente menores. O Lote 3 inclui 2 km de linhas de transmissão em São Paulo, além de subestações. O objetivo do contrato é o atendimento à região de Jaú (SP) e os investimentos previstos são de R\$ 244 milhões.

O Lote 4 abarca apenas subestações na Bahia, com investimento previsto de R\$ 168,2 milhões. O objetivo do empreendimento é atender à região do município de Barra (BA), no Vale do São Francisco.

Inicialmente, estava prevista a licitação de mais um contrato, que seria o Lote 2, porém, este foi retirado devido à crise climática no Rio Grande do Sul, para uma reavaliação. O contrato, que era destinado ao atendimento à região metropolitana de Porto Alegre, previa R\$ 412 milhões de investimentos e incluía 67 km de linhas de transmissão.

Expectativa do mercado

O mercado espera pelas tradicionais transmissoras, mas também aguarda a presença de gestoras, fundos de infraestrutura e bancos, como a Vinci, XP, Pátria, Perfin e BTG Pactual, por exemplo, que costumam aparecer por meio de consórcios com empresas.

A expectativa está sobre o BTG e a Eletrobras, grandes vencedores do leilão que ocorreu em março. O banco, por meio do fundo Warehouse, tem sido agressivo nos lances e desbancado tradicionais empresas do setor. Já a transmissora brasileira é a maior operadora de linhas de transmissão do país, e é competitiva no certame desta sexta-feira (27) pelo conhecimento do setor e capilaridade pelo Brasil.

A Copel é outra empresa aguardada no evento, já que concluiu todo seu processo de privatização e desinvestimentos não estratégicos e pode voltar a avaliar oportunidades, como no Lote 1, com projetos no Paraná e em Santa Catarina.

A francesa Engie e a Taesa também estarão presentes. A Alupar tem apostado em leilões no Chile, Peru, Brasil e na Colômbia para crescer na América Latina e também confirmou que estará neste leilão.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 27/09/2024

COSAN AVALIA VENDER FATIA NA VALE DIANTE DE DÍVIDA ALTA, DIZEM FONTES

A Cosan disse a investidores que todas as opções estão sobre a mesa para melhorar seu balanço, incluindo a venda de parte ou de toda a sua participação de 4,1% na Vale
Por Rachel Gamarski, Gerson Freitas Jr, Felipe Saturnino e Vinícius Andrade, Em Bloomberg

A Cosan, do bilionário Rubens Ometto, está considerando vender ativos, incluindo sua participação de US\$ 2,2 bilhões na Vale, em uma tentativa de desmontar uma aposta frustrante na mineradora para reduzir a dívida alta, disseram pessoas familiarizadas com o assunto.

A empresa disse a investidores que todas as opções estão sobre a mesa para melhorar seu balanço, incluindo a venda de parte ou de toda a sua participação de 4,1% na Vale, uma das maiores mineradoras do mundo, disseram as pessoas, que pediram para não ser identificadas porque as discussões não são públicas. A joint venture da Cosan com a Shell Plc, a Raízen, também cogita a venda de seu ativo de distribuição de gasolina na Argentina, disseram as pessoas.

A Cosan – um império de açúcar e etanol que expandiu desde em produção de lubrificantes e distribuição de gasolina até em transporte ferroviário e fornecimento doméstico de gás natural – viu suas ações despencarem para o nível mais baixo em mais de quatro anos neste mês. Os investidores estão céticos quanto à sua capacidade de investir de forma eficiente desde a sua decisão, em 2022, de fazer dívidas para comprar uma participação minoritária na Vale, que desde então perdeu valor e proporcionou retornos considerados “medíocres” pelo BTG Pactual.

A Cosan disse que “observa continuamente as melhores oportunidades de desalavancagem e segue comprometida com a otimização na alocação de capital, principalmente em um cenário de altas taxas de juros e ambiente macroeconômico desafiador”.

Desafios

A Cosan tem mais desafios pela frente, como as altas taxas de juros e os lucros menores do seu negócio de açúcar e etanol. A empresa também tem lutado para abrir o capital de seus negócios de lubrificantes e gás.

“A alavancagem da Cosan cresceu muito nos últimos anos e claro que isso assusta um pouco o investidor”, disse Marcelo Ornelas, gestor de renda variável da Kínitro Capital. “Uma janela de IPO ajudaria a desalavancar, mas com esse ciclo de alta de juros agora provavelmente não tem espaço para isso, o que dificulta o cenário.”

Ações caem

Ometto, que tem 74 anos, disse que o mercado não gostou do investimento na Vale “porque não entendeu”. Desde que a operação foi anunciada, em outubro de 2022, as ações da Cosan caíram mais de 32% em dólar. No acumulado deste ano, os papéis recuam cerca de 39%, o que levou a uma redução de US\$ 2,9 bilhões no valor de mercado da companhia.

A Vale passou por um processo de sucessão confuso envolvendo interferência do governo, vazamentos de informações e brigas entre os membros do conselho. Ometto propôs que o ex-presidente-executivo da Cosan, Luiz Henrique Guimarães, assumisse o papel de liderança na Vale, disseram as pessoas, mas o cargo será ocupado pelo atual diretor financeiro da mineradora, Gustavo Pimenta.

O diretor financeiro da Cosan, Rodrigo Araujo, reconheceu a necessidade de reduzir a dívida, dizendo aos investidores em teleconferência em agosto que a empresa está “altamente focada na

alocação de capital e, obviamente, a alavancagem é uma prioridade da agenda”. Araujo acrescentou, ainda, que o tema é um “ponto preocupante”.

IPOs

A oferta pública inicial de ações recentemente anunciada da unidade de lubrificantes da Cosan, a Moove, ocorrerá em Nova York, mas o plano fez pouco para acalmar os investidores. As ações tiveram pouca oscilação desde que a Bloomberg reportou pela primeira vez que a Cosan tinha contratado bancos para a listagem da Moove. A empresa também busca uma oportunidade para retomar seus planos de IPO da Compass, companhia do ramo de gás da Cosan, uma transação que poderia levantar mais recursos, disse uma das pessoas.



Rubens Ometto Silveira Mello, dono da Cosan — Foto: Silvia Zamboni/Valor

Nível da dívida

A dívida da Cosan eleva o mal-estar dos investidores que já têm sofrido com uma decepção geral sobre as ações brasileiras. O índice MSCI Brazil de ações cai 16% em dólar no acumulado do ano, desempenho abaixo do índice mais amplo de ações emergentes.

Ao adquirir sua participação de 5% na Vale, a Cosan pagou cerca de R\$ 66,70 por ação, ante R\$ 64,25 no fechamento de quinta-feira (26), segundo dados compilados pela Bloomberg. A visão de Ometto de que as empresas trabalhariam juntas também não se concretizou. “A Cosan ainda não conseguiu concretizar plenamente esta cooperação, com a governança se tornando uma área de preocupação recentemente”, escreveu Thiago Duarte, analista de ações do BTG Pactual, em nota aos clientes.

Os analistas seguem questionando se a Cosan tem tido retornos suficientes para as suas aquisições e investimentos. Por meio de sua unidade Compass, a Cosan comprou, recentemente, uma participação na Cia. Paranaense de Gás por R\$ 906 milhões, um preço que o Citigroup considerou cerca de R\$ 325 milhões acima de sua estimativa de valor justo.

As taxas de juros não estão ajudando. O Banco Central contrariou a tendência global de cortes de juros ao subir a Selic para 10,75%, em uma tentativa de reancorar as expectativas de inflação. Nos primeiros seis meses de 2024, a Cosan gastou R\$ 2,17 bilhões com juros sobre a dívida líquida, um aumento de 19% em relação ao primeiro semestre de 2023.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 27/09/2024

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

JULIAN THOMAS

Por Executivos 27/09/2024 - 18:59



Arquivo/Divulgação

Julian Roger Crispin Thomas assumiu, nesta sexta-feira (27), como novo diretor-presidente da Associação Brasileira dos Armadores de Cabotagem (Abac). Ele sucede o executivo Mark Juzwiak, que está de saída da Aliança Navegação. O mandato é referente ao biênio 2023-2025. De acordo com a associação, não houve outras mudanças na diretoria.

Julian Thomas tem longa experiência em navegação e logística como executivo de empresas como Hamburg Süd, Aliança e Maersk. Desde 2023, Thomas faz parte do conselho de administração da Log-In Logística.

A Abac hoje conta com 10 empresas brasileiras de navegação (EBNs) que atuam no transporte de cabotagem nos segmentos de contêineres, granéis sólidos, granéis líquidos e carga geral. Confira abaixo a composição completa da diretoria da Abac.

Diretoria biênio 2023/2025

Diretor-Presidente

- ✓ Julian Roger Crispin Thomas

Diretores

- ✓ Christian von Lachmann
- ✓ Danilo de Moraes Veras
- ✓ Francisco Cortinas Albuquerque
- ✓ Gustavo Fonseca Paschoa
- ✓ Guilherme Bocchino de Almeida
- ✓ Luciano Fabricio Riquet Filho
- ✓ Marco Aurélio de Clemente Guedes
- ✓ Nathaly V. S. Freitas
- ✓ Raphael Duarte de Farias

Diretor-Executivo

- ✓ Luís Fernando Resano

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 27/09/2024

GOVERNO ASSINA CONTRATO PARA CONSTRUÇÃO DO PORTO MERIDIONAL EM ARROIO DO SAL

Da Redação Portos e logística 27/09/2024 - 19:13



Os ministros de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, e o ministro-chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, Paulo Pimenta, anunciaram, na última quinta-feira (26), a assinatura do contrato para a construção do Porto Meridional de Arroio do Sal, no Rio Grande do Sul. O investimento, estimado em R\$ 6 bilhões, prevê a criação de mais de dois mil empregos diretos e cinco mil indiretos na fase de construção, com impacto significativo na economia da região.

O porto, que será um terminal de uso privado (TUP), contará com 10 berços para atracação de grandes navios, incluindo oito dedicados a contêineres, granéis e gás, além de dois para transatlânticos. Com capacidade para movimentar 53 milhões de toneladas por ano, o Porto Meridional terá o dobro da capacidade do Porto de Rio Grande (RS) e promete transformar a matriz econômica do estado, de acordo com os ministros.

A previsão de entrega do empreendimento é para 2026, quando o porto começará a receber os primeiros navios, consolidando-se como um importante eixo logístico para o comércio internacional e o desenvolvimento regional.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 27/09/2024

PORTO DE IMBITUBA ABRE CONSULTA SOBRE PRIORIDADE DE ATRACAÇÃO

Da Redação Portos e logística 27/09/2024 - 19:15



O Porto de Imbituba (SC) iniciou uma consulta pública, de 1º a 20 de outubro de 2024, para coletar sugestões e contribuições da comunidade portuária visando aprimorar a resolução 57/2020. A norma regulamenta os procedimentos operacionais de prioridade, preferência de atracação e produtividade no porto organizado de Imbituba. A iniciativa busca garantir que o porto continue a operar com eficiência, atendendo ao aumento da demanda logística e mantendo sua competitividade.

As contribuições podem ser enviadas através do portal oficial, e a expectativa é de que os ajustes fortaleçam a capacidade operacional do porto, acompanhando seu crescimento nos últimos anos. Além disso, essa semana o porto divulgou que está investindo em um pacote de obras, incluindo a ampliação do Cais 3, com um investimento histórico de R\$ 92 milhões.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 27/09/2024

ANTAQ APROVA REVISÃO NORMATIVA PARA SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DE PREÇOS PORTUÁRIOS

Da Redação Portos e logística 27/09/2024 - 19:22



A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) revisou e aprovou a resolução 118/2024, que regula a prestação de informações ao Sistema de Acompanhamento de Preços Portuários (Módulo APP), exigindo o envio de dados sobre movimentação de cargas, atracações e receitas operacionais. A norma é parte da adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), garantindo a anonimização e proteção dos dados coletados.

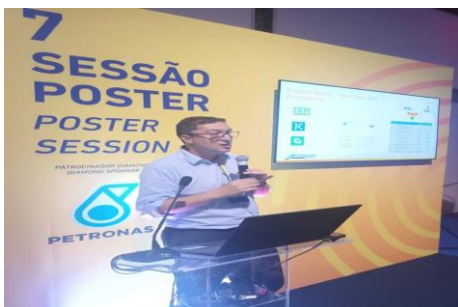
A atualização integra o tema 3.8 da Agenda Regulatória 2022-2024 da Antaq. A resolução, que substitui a normativa 31/2019, passa a valer em 1º de outubro de 2024 e inclui ajustes de redação e segurança dos dados. A consulta pública realizada entre agosto e setembro de 2023 permitiu escutar o setor e partes interessadas. "Essa revisão foi essencial para a governança de dados do setor portuário e à adequação da norma com a LGPD", disse o diretor da Antaq, Wilson Lima Filho.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 27/09/2024

FORESEA ECONOMIZA R\$ 800 MIL POR ANO COM DIGITALIZAÇÃO DE PROCESSOS EM SONDAS

Da Redação Navegação 27/09/2024 - 19:24



Divulgação

A Foresea apresentou na ROG.e seu projeto "Sustentabilidade Digital", que digitalizou os processos de checklist nas cinco sondas da empresa, resultando em uma economia anual de R\$ 800 mil. A digitalização, que substituiu relatórios manuais, trouxe agilidade na coleta e interpretação de dados em tempo real, além de permitir a análise de tendências e a prevenção de acidentes.

O vice-presidente de sustentabilidade da empresa, Marco Aurélio Fonseca, destacou que a digitalização, implementada ao longo de oito meses, eliminou o uso de formulários em papel e aprimorou a eficiência operacional, alinhando a empresa com práticas modernas e sustentáveis. O

projeto piloto começou em 2019 e foi concluído com sucesso, abrangendo as sondas: ODN I, ODN II, Norbe VI, Norbe VIII e Norbe IX.

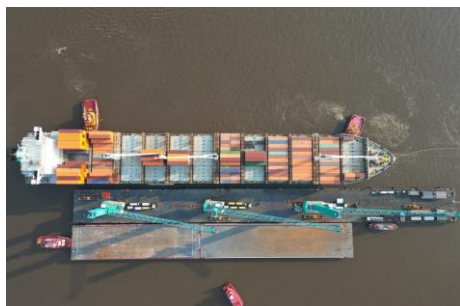
A Foresea reforçou que, além da economia financeira, o projeto contribui para a segurança e sustentabilidade das operações offshore, alinhado aos princípios de ESG e às práticas globais de governança. "Com a implementação dos processos digitais, a qualidade dos documentos aumentou, o envio dos arquivos para aprovação passou a ser automático e a geração de dados e gráficos começou a ser feita em tempo real. Dessa forma, foi possível automatizar o fluxo de informações, minimizando eventuais erros no preenchimento de formulários e obtendo dados de tendências de maneira simultânea", disse Carlos Junior, gerente executivo de sustentabilidade da Foresea.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 27/09/2024

NORCOAST INICIA OPERAÇÃO EM ITACOATIARA PARA ABASTECER MANAUS

Da Redação Navegação 27/09/2024 - 19:08



A Norcoast iniciou, no último sábado (21) sua operação em Itacoatiara (AM), em parceria com o Super Terminais, para garantir o abastecimento de Manaus durante a seca severa. De acordo com a empresa, trata-se do primeiro navio de cabotagem a utilizar o píer flutuante da região, uma solução criada para mitigar os impactos da baixa do Rio Amazonas.

Com quatro embarcações, cada uma com capacidade de 3.500 TEUs, a Norcoast transporta produtos essenciais como eletroeletrônicos, peças de duas rodas, plástico e produtos químicos do Polo Industrial de Manaus para outras regiões do país. A operação também assegura o fornecimento contínuo de insumos à capital amazonense, vital para a indústria local.

A parceria com o Super Terminais contou com um investimento de R\$ 45 milhões na estrutura de Itacoatiara. A cabotagem no Brasil vem crescendo, com alta de 1,59% no ano, atingindo 23,19 milhões de toneladas movimentadas, segundo a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), consolidando-se como uma alternativa econômica e sustentável para o transporte de cargas.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 27/09/2024

RONALDO MELENDEZ ASSUMIU, NA ÚLTIMA SEGUNDA-FEIRA (23), A DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO DE NOVOS NEGÓCIOS DO MAC LAREN (RJ)

Por Executivos 27/09/2024 - 19:00



Ronaldo Melendez assumiu, na última segunda-feira (23), a diretoria de desenvolvimento de novos negócios do Mac Laren (RJ). Ele conta que é um retorno após 40 anos de sua passagem pelo estaleiro, que tem no portfólio a participação na construção de módulos, manutenção e reparo de plataformas. Em sua trajetória, Melendez também ocupou o cargo de diretor comercial da Rolls-Royce por mais de 15 anos.

O grupo Mac Laren atualmente possui duas unidades em Niterói (RJ), uma na Ilha da Conceição e outra na Ponta D'Areia, totalizando mais de 100 mil metros quadrados (m²) de área e 886 metros de cais. Na semana passada, o diretor geral do estaleiro Mac Laren, Alexandre Kloh, destacou, num seminário sobre descomissionamento, que a empresa tem perfil multidisciplinar de absorver e atender vários negócios no mercado.

O Mac Laren acredita que tem como diferenciais ser uma empresa sem endividamento e ter um modelo de gestão de negócios com iniciativas sustentáveis em suas instalações. O estaleiro avalia

que a indústria naval possui um grande potencial de negócios ligados ao descomissionamento e à economia circular.

Num primeiro momento, o grupo observa oportunidades para essas atividades dentro dos investimentos de U\$\$ 11,4 bilhões, previstos no plano de negócios da Petrobras para 23 plataformas no final do ciclo operacional até 2028.

Leia também:

Mac Laren observa chances de reativação da indústria ligadas à economia circular

<https://www.portosenavios.com.br/noticias/ind-naval-e-offshore/mac-laren-observa-potencial-de-reativacao-da-industria-ligada-a-economia-circular>

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 27/09/2024

TRANSFORMAÇÃO DA INDÚSTRIA MARÍTIMA E ELETRIFICAÇÃO NOS PORTOS SÃO DEMANDAS IMEDIATAS, DIZ LAVOR

Por Danilo Oliveira Portos e Logística 26/09/2024 - 19:27



Secretário adjunto do MPor vê necessidade de adaptações para recepção de navios mais modernos e com emissões reduzidas se somando às questões relacionadas a acessos e infraestrutura das instalações

O secretário adjunto do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), Fabio Lavor, acredita que a transformação da indústria marítima e a eletrificação nos portos são demandas imediatas que já estão demandando orientações claras e alinhamento entre países, instituições de ensino e pesquisa e empresas para ver o que precisa ser feito e em qual sequência. Ele comparou que os desafios para solucionar gargalos do setor portuário que estavam basicamente ligados à dragagem e investimentos em infraestrutura, hoje também passam pelo processo de transição energética que demanda adaptações para a recepção de navios mais modernos e com emissões reduzidas.

Lavor deu como exemplo a Companhia Docas do Pará (CDP) que, por conta da COP30 em 2025 vem discutindo e se estruturando para a recepção de navios verdes a partir do evento, que acontece em Belém. “Hoje a estrutura da CDP não está preparada (eletrificada) para navios verdes. Tornar portos compatíveis é uma missão de hoje”, disse o secretário, que participou da 6ª Edição do Seminário Brasil x Noruega, promovido pela FGV Direito Rio, em colaboração com a Associação Brasileira dos Armadores Noruegueses (Abran) e o Real Consulado Geral da Noruega, no Rio de Janeiro (RJ).

O secretário defendeu que os desafios de aumentar infraestrutura para novos combustíveis, trazer mais eficiência e diminuir a pegada de carbono têm que ser conduzidos e coordenados pelo MPor, com o auxílio da Agência Nacional de Transporte Aquaviários (Antaq). Ele destacou que o governo federal voltou a investir no setor portuário e que continua valendo a premissa de as autoridades portuárias investirem conforme suas arrecadações.

Lavor ponderou que compete ao ministério enxergar as diferenças existentes entre nos portos, seja parte de estrutura física e acesso, seja no desenvolvimento institucional, a fim de torná-los evoluídos, fazendo um balanceamento e replicando as boas práticas para aqueles que não as tiverem adotado. “Temos 35 portos públicos em estágios diferentes de maturação. Não podemos olhar portos como Santos e Paranaguá e imaginar que todos os demais portos públicos estejam no mesmo grau de maturidade”, avaliou.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 26/09/2024

SETOR PORTUÁRIO GANHA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL

Por Lorena Parrilha Teixeira *Portos e logística* 26/09/2024 - 19:32



Com sede em Santos, a IAPORTS busca colaboração entre portos globais, promovendo eficiência logística e competitividade

Com o objetivo de promover a competitividade e a inovação no setor portuário global, foi criada no último dia 18 de setembro a Associação Internacional de Desenvolvimento Portuário (IAPORTS), sediada na Associação Comercial de Santos. A nova entidade nasce para unir diferentes atores do setor, incentivando a colaboração e a sustentabilidade, enquanto busca posicionar os portos como protagonistas no cenário internacional.

Raquel Kibrit, Diretora Executiva da IAPORTS, afirma que a associação terá um papel fundamental na construção de redes de colaboração entre portos de diversos continentes, promovendo negócios, investimentos e inovação tecnológica, além de abordar questões como a sustentabilidade ambiental. Confira abaixo a entrevista da diretora da IAPORTS à *Portos e Navios* sobre a nova entidade.

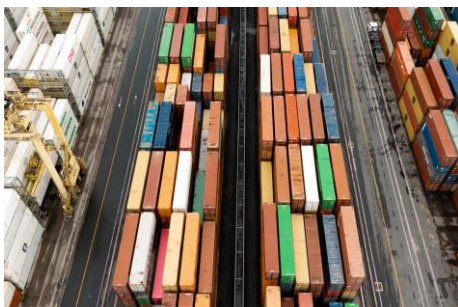
Portos e Navios: Quais são os principais objetivos da IAPORTS e como ela pretende promover a competitividade no setor portuário?

Fonte: *Portal Portos e Navios - RJ*

Data: 26/09/2024

ASIA SHIPPING INVESTE EM IA PARA OTIMIZAR PROCESSOS COM MIGRAÇÃO AO PORTAL ÚNICO DE COMÉRCIO EXTERIOR

Por Lorena Parrilha Teixeira *Portos e logística* 26/09/2024 - 19:32



Plataforma automatiza 87% das operações de importação, integrando-se ao novo sistema Duimp, que inicia em outubro

Com a transição para o Portal Único de Comércio Exterior, que começará em 1º de outubro com a introdução da Declaração Única de Importação (Duimp), a Asia Shipping aposta em inovação para atender às novas exigências do governo federal. A empresa adquiriu recentemente a startup Dati, que oferece uma plataforma baseada em inteligência artificial (IA) capaz de automatizar até 87% das rotinas de importação.

Segundo Alexandre Pimenta, CEO da Asia Shipping, a mudança trazida pelo novo Portal Único representa uma transformação significativa no setor. Com a nova plataforma, as informações serão enviadas antecipadamente à Receita Federal, permitindo um fluxo mais ágil e transparente. A plataforma opera em nuvem e é integrada ao novo sistema Duimp, eliminando a necessidade de processos manuais, desde o acompanhamento do pedido até a entrega da mercadoria. Essa digitalização otimiza as operações, reduz erros e proporciona maior visibilidade e controle ao importador e exportador.

"A plataforma tem como principal vantagem colocar o importador e o exportador no cenário do que podemos chamar de 'Comex 4.0', ou seja, a digitalização do departamento com o objetivo de trazer performance. Os processos manuais demandam muito tempo e, dependendo do tamanho da operação de comex de uma empresa, é necessário alocar várias pessoas para a gestão de rotinas repetitivas, como envio de e-mails, coleta de follow-ups, estimativa de custos, status de embarque da carga, status de chegada, entre outras atividades inerentes à área", disse Pimenta.



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOS SHIPPING

Edição: 103/2024
Página 52 de 52
Data: 27/09/2024
www.mercosshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

Além de acelerar as operações, a plataforma tem a capacidade de gerar relatórios customizáveis e monitorar os processos em tempo real, o que melhora a tomada de decisões estratégicas. Outro benefício importante é a integração com sistemas governamentais, minimizando erros que podem resultar em multas e atrasos. O uso da IA também diminui a necessidade de alocação de equipes em tarefas repetitivas, permitindo que os profissionais se concentrem em análises mais complexas e na solução de problemas.

Pimenta explicou que, com 87% das rotinas automatizadas, restam apenas 13% das atividades voltadas para análise e performance. "Nosso objetivo é inverter esses números, pois atualmente os profissionais passam 87% do tempo em rotinas manuais, sem conseguir dedicar-se à análise e à identificação de melhorias no processo de importação", afirmou.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 26/09/2024



MERCOS SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercosshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS

Data: 27/09/2024